

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1 -----Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito,
2 nesta vila de Bombarral e na sala de reuniões do edifício dos Paços do
3 Município realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de
4 Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Ricardo
5 Manuel da Silva Fernandes, do senhor Vice-Presidente da Câmara Nuno
6 Alexandre Gomes Vicente, e dos senhores vereadores Patrícia Alexandra
7 Costa Pereira de Paula, Vítor Manuel Ferreira da Fonseca, José Manuel
8 Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves
9 Guerra. -----

10 -----Secretariou a reunião a assistente técnica Ana Rute Mil-Homens
11 Martins.-----

12 -----Esteve igualmente presente a Chefe da Unidade Orgânica de
13 Gestão Financeira, técnica superior Sandra Carminda Lino Pereira. -----

14 -----Pelas 10:00 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor
15 Presidente da Câmara. -----

ORDEM DO DIA

17 **0602. PROPOSTA – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**
18 **PARA ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – AAAF**
19 **(PROLONGAMENTO DE HORÁRIO) NO ESTABELECIMENTO DE**
20 **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO PÓ, NO ANO**
21 **LETIVO DE 2018/2019 ENTRE O MUNICÍPIO DO BOMBARRAL,**
22 **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO DO PÓ E ASSOCIAÇÃO DE**
23 **SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ: -----**

24 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta:
25 “Considerando que: 1) Em 19/09/2018 foi celebrado Protocolo de
26 Colaboração para Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF
27 (Prolongamento de horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar
28 da Rede Pública do Pó, atividades que são realizadas nas Instalações do
29 Jardim de Infância do Pó, em espaços julgados convenientes à prática das
30 mesmas, abrangendo a totalidade das crianças do ensino Pré-Escolar, a
31 frequentar o referido Jardim Escola, de acordo com as necessidades das
32 famílias, abrangendo o período da manhã entre as 8h00 e as 9h00 e no
33 período da tarde das 16h00 às 17h30, de acordo com o calendário escolar
34 publicado pelo Ministério da Educação; 2) Existe a necessidade de
35 assegurar as Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF
36 (Prolongamento de horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar
37 da Rede Pública do Pó, no período da hora de almoço, designadamente das
38 12h30 às 14h00, pois existem muitos alunos com 3 anos de idade,
39 necessitando assim de maior apoio; 3) À semelhança dos anos transatos,
40 as entidades parceiras (o Município de Bombarral, o Agrupamento de

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

41 Escolas Fernão do Pó e a Associação de Solidariedade Social do Pó)
42 mantém a intenção de colaborar entre si na realização das Atividades de
43 Animação e de Apoio à Família – AAAF (Prolongamento de horário) no
44 Estabelecimento de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Pó; 4) É
45 competência da Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios
46 adequados, as atividades de interesse municipal, de natureza social,
47 cultural, desportiva, recreativa ou outras. Proponho que a Câmara Municipal
48 de Bombarral autorize a celebração do presente aditamento ao Protocolo
49 Colaboração para Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF
50 (Prolongamento de Horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar
51 da Rede Pública do Pó, no ano letivo de 2018/2019 entre Município do
52 Bombarral, Agrupamento de Escolas Fernão do Pó e Associação de
53 Solidariedade Social do Pó, nos termos da minuta que se anexa.” (Anexo I) -
54 ----- Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o aditamento
55 ao protocolo de colaboração para atividades de animação e de apoio à
56 família – AAAF (prolongamento de horário) no estabelecimento de
57 educação pré-escolar da rede pública do Pó, no ano letivo de 2018/2019
58 entre o Município do Bombarral, Agrupamento de Escolas Fernão do Pó e
59 Associação de Solidariedade Social do Pó. -----
60 **0603. PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL DE IMPLANTAÇÃO DE**
61 **MONUMENTO PÚBLICO EM HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO**
62 **HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO BOMBARRAL: ---**
63 ----- O senhor Vereador Vítor Fonseca comunicou ao senhor Presidente
64 da Câmara nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento
65 Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão do ponto
66 0603, por força do artigo 44.º do referido Código, pelo que o senhor
67 Presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste ato”.-----
68 ----- Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento
69 Administrativo, o senhor vereador Vítor Fonseca retirou-se da reunião,
70 regressando após a discussão e votação do ponto onde se encontrava
71 impedido. -----
72 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira apresentou a seguinte
73 proposta “a nossa proposta é tão importante quanto o título da mesma
74 indica: “Implantação de Monumento Público em Homenagem à Associação
75 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral” e deverá ser
76 entendida como uma recomendação à Câmara Municipal e com esta
77 homenagem pretende-se honrar o mérito dos Bombeiros Voluntários do
78 Bombarral que ao longo de 94 anos de existência, têm assumido a nobre
79 missão de salvar e proteger pessoas e bens, desempenhando estas nobres
80 funções com zelo, competência e brilho, na sua principal área de atuação, o

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

81 Município do Bombarral. A sua atuação, reconhecida superiormente,
82 ultrapassa por vezes os princípios da sua responsabilidade direta, entrando
83 em campo sempre que solicitados pela estrutura da Autoridade Nacional de
84 Proteção Civil ou pelo próprio Município. Esse esforço e abnegação dos
85 “soldados da paz” do concelho do Bombarral, merece um reconhecimento
86 público, dos valores que todos representam na defesa da comunidade.
87 Tendo em conta o apoio e os serviços prestados à região e ao país, mas
88 sobretudo ao Concelho do Bombarral, os vereadores do PPD/PSD e
89 CDS/PP na Câmara Municipal, vêm propor que seja feita uma homenagem
90 merecida e justa, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do
91 Bombarral. A proposta assenta na implantação de um monumento ao
92 Bombeiro, a criar pelo Município do Bombarral, podendo passar por um
93 concurso de ideias ou por qualquer outra forma que a Câmara venha a
94 decidir e recomenda-se a sua inauguração no feriado municipal (29 de
95 junho) ou na comemoração do 95º Aniversário da AHBV Bombarral (5 de
96 outubro de 2019). O mesmo deverá ser colocado num local nobre do
97 concelho, como por exemplo a Rotunda da Repsol, de forma a ser bem
98 patente que a população do Bombarral e os seus representantes, respeitam
99 e honram a atividade corajosa dos seus bombeiros e perpetuam a memória
100 dos que perderam a vida, tendo-a dedicado ao serviço dos outros. Os
101 Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, José Manuel Vieira, Rosa
102 Guerra, Nuno Mota.” -----
103 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “sem dúvida nenhuma,
104 qualquer homenagem é pequena para homenagear os nossos bombeiros e
105 todas as iniciativas que visem fazer sobressair o papel da nossa Associação
106 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, e nomeadamente, o
107 seu corpo ativo. Tudo o que se faça a propósito dos Bombeiros Voluntários
108 é pouco, no entanto, esta proposta concreta e apresentada exatamente
109 neste contexto não a podemos acompanhar embora estejamos sempre a
110 acompanhar os bombeiros, estamos empenhados em os homenagear, mas
111 a seu tempo e de uma forma mais consistente e mais amadurecida. Reforço
112 uma vez mais que todas as homenagens são poucas para se fazerem aos
113 Bombeiros Voluntários de Bombarral e nós estaremos cá para os
114 homenagear de uma forma concreta em que toda a Câmara Municipal
115 participe na feitura e na conceção de uma proposta consistente e que faça
116 jus à grandiosidade dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. A proposta
117 concreta em apreciação não cumpre os requisitos mínimos legais
118 atendendo às obrigações financeiras, e não tendo até ao momento,
119 auscultado os próprios bombeiros em relação a esta matéria, mas com

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

120 enquadramento adequado, será pensada a seu tempo e de forma cabal
121 esta justa homenagem irá ser feita.” -----
122 ----- Colocada a proposta à votação verificaram-se três votos a favor dos
123 senhores vereadores José Manuel Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota da
124 Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra (Coligação PPD/PSD-
125 CDS/PP) e três votos contra do senhor Presidente Ricardo Manuel da Silva
126 Fernandes, do senhor Vice-Presidente Nuno Alexandre Gomes Vicente e da
127 senhora vereadora Patrícia Alexandra Costa Pereira de Paula (Partido
128 Socialista). O senhor Presidente usou o voto de qualidade e reprovou a
129 proposta de implantação de monumento público em homenagem à
130 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral. -----
131 **0604. PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GOP E MAPA DE PESSOAL DO**
132 **MUNICIPIO DE BOMBARRAL PARA O ANO DE 2019: -----**
133 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou “a proposta de
134 Orçamento, GOP e Mapa de Pessoal para o ano de 2019 que já reflete as
135 situações que são fruto da nossa plena atuação enquanto executivo
136 municipal. Assim sendo, uma vez que tive oportunidade de há uns dias atrás
137 apresentar tanto aos partidos da oposição, como ao CDS individualmente,
138 uma vez que não está em coligação na Assembleia Municipal, assim como,
139 ao PSD e também à CDU e, neste caso, passo a explicar as principais
140 tendências que no fundo acompanham este mesmo orçamento. Dizer o
141 seguinte: apontar um aumento das despesas com recursos humanos e que
142 pode à primeira vista, digamos, causar algumas interrogações, no entanto,
143 dizer que todas as várias explicações, advêm de explicações diferenciadas,
144 assim como, da alteração do posicionamento remuneratório que decorre de
145 uma imposição do Governo; Da incorporação dos trabalhadores com
146 vínculos precários, uma das emanações do Governo e para além dos que
147 estavam no mapa de pessoal reintegramos 3 técnicos superiores e 5
148 assistentes operacionais. Referir também os novos recrutamentos que estão
149 em cima da mesa, neste caso refiro-me a 4 assistentes operacionais para a
150 Educação, um assistente técnico para a contratação pública, 3 assistentes
151 operacionais para a parte do setor de obras e ainda arquiteto que está
152 planeado como novo recrutamento. Depois também algumas entradas no
153 decurso de 2018 e que não estavam previstas no orçamento. Referir a parte
154 das chefias intermédias das divisões e das unidades também referenciadas
155 e, finalmente, as mobilidades intercarreiras que também fazem com que
156 tudo isto somado resulte num aumento da despesa, no entanto, referir que,
157 em termos gerais também a parte da aquisição de bens e serviços externos
158 por via de uma gestão mais rigorosa e criteriosa dos contratos existentes
159 em relação ao orçamento passado. Comecei por referir o aumento das

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

160 despesas com recursos humanos, mas agora vou sem dúvida nenhuma
161 referir uma grande redução nesta rubrica que tem a ver com a população, a
162 parte mais assertiva em relação à questão da despesa com a água e
163 fundamentalmente com a parte energética, a iluminação, os combustíveis e
164 que fazem com que, de facto, nós consigamos pagar em 12 meses, 12
165 faturas e não sobrecarregar o orçamento com faturas que transitam de um
166 ano para o outro, sendo assim, houve a possibilidade de reduzir nesta
167 aquisição de bens e serviços num valor superior a 350 mil euros. Gostaria
168 de salientar também a questão do mercado municipal, a questão do canil e
169 ao canil tinha já feito referência que infelizmente, neste momento, se
170 encontra a obra parada, ou seja, arrancou e parou logo a seguir por razões
171 que já oportunamente expliquei e que esperemos bem que esta paragem
172 não seja prolongada no tempo que seria de todo em todo, completamente,
173 digamos, uma desilusão para todos nós e aqui acho que faço e falo por
174 todos, pela vereação inteira a paragem de uma obra com esta dimensão,
175 como é o canil intermunicipal, mas também a apresentação a seu tempo da
176 candidatura para as antigas instalações do IVV e que também teremos de
177 alguma forma completar com algumas coisas que estavam plasmadas em
178 termos do nosso programa eleitoral, como sendo a conceção e a realização
179 dos passeios em falta nesta vila e tão necessários que são para a própria
180 locomoção, muitas vezes de pessoas com mobilidade reduzida, os
181 asfaltamentos, a reabertura da Rua do Comércio, que é uma ambição, julgo
182 eu, tanto nossa como do anterior executivo e que por razões que todos
183 conhecemos não a conseguiu realizar, mas realizou a reabertura da Praça
184 do Município, e que também iremos de alguma forma completar essa
185 situação para ficar mais compaginada com a circulação nos dois sentidos
186 sem interferir ou interferindo o mínimo possível, com a questão dos peões.
187 Referi também que exatamente alguns itens estão com dotações
188 previsionais, que estão abaixo dos valores indicados pelos serviços, porque
189 existe a expectativa do reforço dos mesmos com o eventual saldo de
190 gerência que irá então fazer face a essas mesmas despesas, e sendo
191 assim, não empolar como também foi referido em sede das reuniões
192 preparatórias com os partidos da oposição em que se referiu exatamente
193 toda esta situação que, aliás, aproveito para de uma forma geral, enaltecer
194 o tom cordial e construtivo com que tivemos essas reuniões com os
195 partidos, que acabou por ser longa mas muito produtiva e, em que nós,
196 acolhemos algumas sugestões, no caso do senhor vereador Nuno Mota que
197 esteve presente em representação do seu partido e que teve oportunidade
198 de sugerir um ou outro aspeto que teve acolhimento e que portanto, se
199 traduz, além da cordialidade também numa reunião extremamente produtiva

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

200 que julgo que, de todo em todo em política também se consegue fazer esse
201 tipo de situação. Referir também e continuando a explanação deste
202 orçamento, que estão previstas de concretizar, mas que não têm uma
203 expressão muito explícita neste orçamento, e aqui estou a referir-me em
204 concreto, ao investimento que é grande, mas como será adquirida através
205 do recurso a financiamento bancário, não ficou explícito em dotação
206 orçamental e estou-me a referir a aquisição da viatura de recolha de
207 resíduos sólidos urbanos, estando refletido neste orçamento, apenas os
208 juros. Referir também e ainda em termos de despesa que existe também o
209 valor que inclui o valor da condenação da sentença proferida em tribunal às
210 Construções José Coutinho SA. e aproveito também para referir que a parte
211 indemnizatória ainda não está quantificada. No que diz respeito à parte da
212 receita e refletida a redução do IMI em 0,01% e esperemos continuar
213 paulatinamente este caminho de descida até atingirmos o valor mínimo
214 estipulado por lei. É também expectável o aumento da receita em 2019 não
215 só pela atualização que de todo em todo é imperioso que aconteça, uma
216 vez que decorre da imposição da entidade reguladora, estou-me a referir
217 mais concretamente às taxas de águas e saneamento, bem como de uma
218 maior dinâmica de licenciamento urbanístico. Contudo, o orçamento não
219 reflete esta situação, na medida em que, por imposição legal, a receita tem
220 de ser calculada pela média dos últimos 24 meses e que, de facto, reflete
221 uma dinâmica muito reduzida nestas taxas de licenciamento urbanístico.
222 Estamos a trabalhar para que isso aconteça, no entanto, em termos de
223 orçamento não pode estar plasmado pela razão que apresentei. Finalmente
224 também dizer que este orçamento reflete também o aumento das receitas
225 do Orçamento de Estado para 2019, ou seja, uma transferência superior em
226 cerca de oito por cento a estas, que acresce a este aumento das receitas da
227 Administração Central, o que também indica, de facto, a preocupação que
228 este Governo tem em providenciar meios para que as próprias autarquias
229 consigam desenvolver o trabalho que lhes compete e que os cidadãos e os
230 munícipes exigem.” -----
231 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “como nota prévia,
232 chegou ao nosso conhecimento que o senhor Presidente da Câmara esteve
233 presente numa reunião em Coimbra na AIRC, onde esteve o Senhor
234 Secretário de Estado das Autarquias Locais, tendo sido debatida a questão
235 do SNC- Sistema de Normalização Contabilística que substituirá o Pocal.
236 Pergunto, quais foram as indicações apresentadas sobre esta matéria e o
237 que está a ser feito pelo Município, com vista à preparação da introdução
238 desse sistema. Senhor Presidente, sobre o Orçamento para 2019 e as
239 Grandes Opções do Plano, que classificamos como um documento

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

240 previsual miserabilista e que espelha uma governação tímida, classificá-lo-
241 ia como o Orçamento de uma Merceria, com todo o respeito que essas
242 saudosas lojas tradicionais me merecem, pois o mesmo não espelha
243 qualquer visão estratégica para o concelho e resume-se a um conjunto de
244 medidas soltas e avulso que nem numa merceria se apresentaria desta
245 forma. E nem o aumento de 8% na receita municipal por força das
246 transferências do Orçamento de Estado lhes deu qualquer rasgo de
247 qualidade no Orçamento apresentado. Desafiaria até o senhor Presidente a
248 dizer-nos se a Câmara Municipal que lidera, tem algum plano estratégico
249 para 2019 e anos seguintes, já que o principal documento orientador da
250 atividade da Câmara, nada indica que haja definição de objetivos, não
251 passando de um simples rol de intenções desordenadas e sem sentido.
252 Agradeço ao senhor Presidente ter subscrito a Nota Introdutória, pois esta,
253 tão desfasada está dos números plasmados nos mapas orçamentais que
254 me facilitou o trabalho de análise aos erros e incongruências apresentados.
255 Ficamos sem saber se o senhor Presidente analisou os números tendo em
256 conta a nota introdutória que assina. Passou um ano de gestão sob a vossa
257 responsabilidade e até hoje, que me lembre, o senhor Presidente nunca
258 começou uma intervenção em reuniões ou em entrevista aos jornalistas que
259 não começasse por tentar denegrir a imagem do executivo que o
260 antecedeu. Para não fugir à regra, nesta Nota Introdutória, o senhor
261 Presidente avança um comentário ridículo de quem nitidamente não tem
262 noção das responsabilidades que tem em mão e tem necessidade de
263 imputar os seus fracassos aos outros, pois começa logo por dizer que a
264 elaboração do Orçamento ficou condicionada pelas sentenças judiciais que
265 condenaram o Município, numa clara alusão a situações que transitaram em
266 Tribunal, durante anos e que foi das poucas que o executivo anterior não
267 resolveu cabalmente. Embora saiba que não o vou calar, porque a sua
268 postura tem sido sempre de oposição, esquecendo-se que é o chefe do
269 órgão executivo, lembro que o executivo por mim liderado, resolveu casos
em Tribunal e processos de dívida na ordem de largos milhões de euros,
devolvendo a estabilidade e o equilíbrio orçamental ao Município. O alarido
que faz por uma dívida que ficou por resolver, face ao desentendimento
entre as partes, no que toca a incumprimentos que nenhuma Câmara pode
aceitar, não tem em conta o facto de que também estávamos preparados
para assumir este compromisso, como tem conhecimento até pelo saldo de
tesouraria positivo (mais de 600.000 euros) que transitou para a vossa
gestão e ainda a inexistência de encargo de dívidas com fornecedores. Para
nós e para aqueles que viveram os terríveis momentos de crise e carência
de recursos financeiros, não restam quaisquer dúvidas que os senhores não

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

280 aguentariam um ano à frente da Câmara Municipal, tal é a vossa
281 impreparação e desorientação demonstradas perante as adversidades.
282 Passadas as lamúrias iniciais que não visam outra coisa senão encobrir a
283 falta de originalidade e de qualidade do documento previsional, a par de
284 alguma incompetência e falta de rumo demonstradas, o senhor Presidente
285 descarrega um conjunto de “não verdades” que atesta perfeitamente o
286 falhanço da atual gestão, própria de quem prometeu o “jackpot” aos
287 bombarralenses que nem direito à “terminação” vão ter. É ou não, uma “não
288 verdade”, a sua desculpa quando quer dar a entender que a despesa com
289 pessoal sofreu um aumento em relação ao ano transato por força de
290 alterações do posicionamento remuneratório, do programa de regularização
291 extraordinária dos vínculos precários, de novos recrutamentos, nomeação
292 de chefias, entradas no decurso do ano de 2018 e mobilidades
293 intercarreiras? Sendo certo que alguns aumentos verificados se refletem no
294 orçamento, sabemos que estes não têm tanta expressão como pretende
295 fazer crer. O aumento agora verificado de 408.500 euros em despesas com
296 pessoal, precisa de ser mais fundamentado pelos senhores, já que o
297 montante que se consegue identificar está muito aquém do valor global
298 apresentado. No posicionamento do nível remuneratório há um aumento de
299 50.000 euros. No caso das chefias, estas já estavam inscritos em 2018, por
300 isso pouco altera. No que toca aos precários, a maioria já estava
301 dependente da dotação do Orçamento de 2018, perguntando-se, quais
302 foram os precários que não estavam afetos às despesas com pessoal no
303 ano transato. Nos novos recrutamentos, a rubrica tem um valor inferior ao
304 do ano passado, sobrecarregando apenas 50.000 euros. Não se confirma
305 de todo, que o aumento exponencial das despesas com pessoal a que se
306 refere, tenha a ver só com o que pretende dar a entender. Ainda neste
307 ponto, existem situações que exige algumas explicações. Na rubrica do
308 Pessoal em Qualquer outra Situação, na Unidade Orgânica Financeira, não
309 se percebe muito bem a origem do aumento de 13.000 euros, embora se
310 suspeite que se trate de mais uma assessoria contratada. Fazendo o jogo
311 das conveniências, não é clara também a afetação de 69.750 euros em
312 tarefas ou avenças, onde apenas transparece que 10.000 euros são para a
313 contratação de serviços na área da Saúde Oral, único programa que merece
314 o nosso aplauso, mas que surge a reboque de um plano nacional. 8.610
315 euros são para o Gabinete de Apoio ao Agricultor que não tem dado provas
316 de bom funcionamento, questionando-se para onde vão os restantes 51.140
317 euros? De seguida diz o senhor Presidente que o compromisso para com a
318 população não pode ser defraudado e que elencaram ainda assim as
319 prioridades para o Bombarral no ano de 2019 e anos seguintes. Senhor

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

320 Presidente, até para desmistificar a ideia que andou para aí a espalhar, de
321 que nada lhe deixámos em termos de legado futuro, diga-me quais as
322 prioridades importantes, da sua autoria e com a sua assinatura, elencadas
323 para o futuro do concelho, porque de facto nada se vê neste Orçamento e
324 Gop's ou melhor, os poucos rasgos de investimento observados advêm de
325 processos criados por nós e que os senhores têm vindo a adiar, sob pena
326 de vir a desperdiçar apoios comunitários que já estavam mais que
327 reservados. Não restam dúvidas que apesar das obras já terem sido
328 elencadas anteriormente, os sucessivos atrasos e ausência de decisão,
329 estão a colocar em risco esses apoios comunitários que tão necessários são
330 para a realização dos investimentos que nós havíamos considerado
331 prioritários. Os bombarralenses sabem que fomos obreiros dos planos de
332 desenvolvimento que os senhores tanto criticavam, mas que adotaram, face
333 ao vazio de ideias para qualquer obra da vossa autoria, optando por uma
334 navegação à deriva. Para minimizar o impacto de um Orçamento
335 paupérrimo, refugia-se em palavras sobre uma política de impostos ou a
336 ausência dela, anunciando que vai continuar a cumprir a redução gradual do
337 IMI (0.35%) para este ano, o que continua a ser manifestamente uma
338 descida sem efeitos notórios sobre o orçamento das famílias
339 bombarralenses. Tendo em conta a estabilidade financeira alcançada, no
340 ano transato a coligação propôs a taxa de 0.35% que estranhamente não foi
341 aceite por vós, já que há muito o PS defende a aplicação da taxa mínima,
342 numa altura em que nós vínhamos a anunciar que estávamos a trabalhar
343 para rapidamente colocarmos os impostos e taxas nos valores mínimos
344 possíveis e, de acordo com o plano que tínhamos, essa meta já teria sido
345 alcançada. É mais do que altura do PS honrar as suas promessas e baixar,
346 de acordo com as suas reivindicações de há muitos anos, a sua proposta de
347 0.35% para 0.30%. E é precisamente nesse sentido que apresentaremos
348 uma proposta da nossa autoria. No caso do IRS, contra os vossos 3.5% que
349 configuram o mesmo valor do ano passado e de há dois anos, iremos
350 propor uma redução para 3%, aliviando os rendimentos singulares dos
351 bombarralenses, numa altura em que é perfeitamente viável fazê-lo. Senhor
352 Presidente, quando fala de candidaturas e obras a implementar refere-se
353 nomeadamente à requalificação do Mercado Municipal, às obras de
354 requalificação do edifício do IVV e à construção dos novos edifícios
355 municipais. Permita-me dizer-lhe que tudo isso faz parte de uma estratégia
356 que não é da sua autoria. Na verdade, quem definiu essas linhas de
357 desenvolvimento e as elaborou em plano, foram as mesmas pessoas que
358 decidiram adquirir para o Bombarral e para os bombarralenses, um valioso
359 património que a eles deve pertencer e por isso lhes foi devolvido. De facto,

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

360 adquirimos esse valioso imóvel de acordo com uma estratégia de
361 disponibilização dos atuais estaleiros da Câmara Municipal à iniciativa
362 privada, permitindo naquele espaço a implantação dos estaleiros novos, a
363 par de outras valências que contribuirão para o desenvolvimento sócio
364 económico do concelho. Tendo em conta que o senhor Presidente, dando
365 continuidade à nossa estratégia, vai investir um avultado montante do erário
366 público nas instalações do IVV, pergunto-lhe onde está o vosso modelo de
367 negócios e o estudo de viabilidade? Lembro que o nosso modelo era
368 simples e constava da disponibilização de terrenos aos privados,
369 concentrando todos os serviços da Câmara Municipal, num só espaço nos
370 terrenos do IVV, local para o qual tínhamos estudos prévios tendentes a
371 instalar mais projetos estruturantes para o concelho, como a incubadora de
372 empresas e um polo de atividades económicas e culturais. Diga-me, senhor
373 Presidente, se o seu modelo económico e os seus estudos prévios, atestam
374 a viabilidade do investimento que vai fazer. Sabe, senhor Presidente, nós
375 ainda comprámos o edifício, mesmo sob o efeito de um esforço tremendo
376 para equilibrar as contas municipais, mas o senhor terá muita dificuldade em
377 ir mais longe porque quem apresenta em orçamento valores para fazer
378 investimento sem qualquer fundamento, estudo prévio ou projeto, não sabe
379 nitidamente para onde caminha. A propósito deste assunto fundamental
380 para o desenvolvimento do concelho, pergunto-lhe onde pára o PARU-
381 Plano de Reabilitação Urbana que estava delineado para o nosso concelho?
382 Qual é o ponto de situação de matérias tão importantes que os senhores
383 receberam do anterior executivo e que garantias há que as verbas
384 envolvidas não serão desperdiçadas, tais como os 600 mil euros que
385 estavam compromissados para o IVV, os 630 mil para o Mercado Municipal
386 ou os 375 mil euros que também tínhamos aprovado para a Loja do
387 cidadão? Senhor Presidente, que o senhor tenha uma mão cheia de nada
388 para dar aos bombarralenses como é visível neste orçamento, é uma coisa,
389 agora que deixe fugir aquilo que já foi conquistado, será motivo para os
390 bombarralenses jamais lhe perdoarem. O senhor fala em avanços,
391 confundindo crescimento/desenvolvimento, com crescimento negativo que é
392 o que tem acontecido. Na sua mão cheia de nada, vemos cada vez menos,
393 como é o caso do embuste que montou para enganar os bombarralenses,
394 quando apregoou que ia haver medicamentos para todos. Senhor
395 Presidente, neste orçamento vimos cair por terra o seu muito querido
396 Programa ABEM – projeto que contribuiu para a sua vitória eleitoral, mas
397 que nunca passou de um autêntico fiasco, como vínhamos a denunciar. Os
398 critérios de atribuição dos apoios de medicamentos às famílias não
399 permitiram que mais do que meia dúzia usufrísse desse programa, razão

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

400 pela qual se inscreve um valor de 5.000 euros, onde estavam 15.000.
401 Palavras para quê, quando os números não enganam? Trocam-se bens
402 essenciais para as pessoas, apoios sociais, benefícios na saúde,
403 desenvolvimento cultural e apoios à proteção civil e limitam-se verbas em
404 matérias tão importantes como a Educação, em troca de festarolas para as
405 quais há um aumento significativo. Desaparecem verbas que constavam em
406 2018 e não foram nem vão ser executadas e comprometem-se dossiers tão
407 importantes como é o caso do Canil Intermunicipal, para o qual se inscreve
408 apenas a verba de 112.000 euros, quando o concurso já foi aberto, já existe
409 contrato com o empreiteiro e já se obteve o visto do Tribunal de Contas,
410 alimentando-se uma clara ilegalidade, face à obrigatória orçamentação que
411 suporte os procedimentos e compromissos já assumidos que ascendem a
412 212 mil euros para cada um dos municípios parceiros neste projeto. Entre
413 algumas incongruências de ordem técnica verificadas registe-se o seguinte:
414 No anexo II Mapa das Entidades Participadas, está inscrito que o Município
415 do Bombarral, perante a Águas do Vale do Tejo SA, tem uma participação
416 de 351.790.22 euros, com valor percentual de 0.42%. Mas no Relatório de
417 Contas daquela entidade, já aprovado, informa-se um valor de participação
418 diferente, 354.202.00 com o mesmo valor percentual de 0.42%. Por seu
419 turno, a Águas do Atlântico no seu relatório diz que no final do exercício o
420 Capital da Sociedade está repartido pelos municípios consumidores,
421 cabendo ao Bombarral um capital social subscrito e realizado no valor de
422 107.998.00, com um percentual de 0.10% e esta informação nem sequer
423 está plasmada no quadro do Mapa das Entidades Participadas no
424 Orçamento e devia estar. Senhor Presidente, a pequenez deste Orçamento
425 que duvido tenha a concordância dos seus pares no seio partidário, uma
426 vez que sempre defenderam outros paradigmas, leva-me a ficar por aqui,
427 por agora, até porque muito mais há a dizer e os meus colegas vereadores
428 estão preparados para o fazer.” -----
429 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “a minha presença num
430 seminário da Airc em relação a tudo o que diz respeito à transição do Pocal
431 para o SNC-AP e dar-lhe esta nota sem qualquer tipo de problema em
432 relação àquilo que em traços gerais se passou e uma vez que estive a
433 encerrar este seminário o senhor Secretário de Estado das Autarquias
434 Locais, Doutor Carlos Miguel. Esta passagem está-se a afigurar lenta. Não
435 são as câmaras municipais que estão a atrasar este processo é em termos
436 de organismos centrais que a coisa não está a correr muito bem. E o atraso
437 que era para ser introduzido em 2017 e não foi, depois em 2018 e não foi, e
438 em 2019 nós não conseguimos ter uma perspetiva concreta da passagem
439 imediata do Pocal com SNC-AP aquilo que foi referido e o que está neste

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

440 momento em cima da mesa e isso com grandes implicações para estas
441 associações de informática, neste caso a nossa é a Airc que é em termos
442 de software ser encontrada uma maneira de compaginar os dois sistemas, e
443 foi isto que ficou referido, de haver quase uma transmissão do Pocal para o
444 SNC - AP através do software e, portanto, isto pode parecer
445 complicadíssimo e certamente até em certos aspetos sê-lo-á, no entanto,
446 dizer que é possível que aconteça. Não esquecer que o SNC já existe de
447 uma forma geral em termos privados há bastante tempo. O senhor vereador
448 referiu alguns impropérios referentes ao nosso orçamento, mas são
449 impropérios normais de debate político que vai sempre entroncar na mesma
450 situação que diz respeito à situação do executivo anterior. Dizer-lhe que, de
451 forma geral, o que refere reiteradamente em todas as reuniões que temos
452 tido de há um ano a esta parte que é, de facto, que todas as metas seriam
453 atingidas com o vosso executivo, ou seja, sempre que é instado a
454 pronunciar-se sobre determinada situação, qualquer que ela seja, o senhor
455 vereador diz que se fosse consigo, enquanto executivo já estava
456 implementado, mas eu consigo entender, no entanto, dizer-lhe senhor
457 vereador José Manuel Vieira, que, de facto, nós estamos com a noção de
458 responsabilidade que tem de ser, como é lógico, não posso aceitar e
459 declínio inteiramente esta sua afirmação uma vez que isso, além de não ser
460 correto, não tem elevação esta não atribuição de noção da
461 responsabilidade, pois tenho a exata responsabilidade de toda esta situação
462 e, portanto, a questão passa muitas vezes por referir factos que foram,
463 digamos, recentemente, vividos e que condicionam muitas vezes a situação
464 vivida neste momento por esta Câmara Municipal que é a questão das
465 sentenças judiciais, eu volto a elas uma vez que, de facto, condicionaram
466 bastante a nossa atuação e que tiveram impacto sem dúvida nenhuma,
467 como pode compreender mas que é natural, pena é que não se tenha
468 chegado a acordo em devido tempo, uma vez que, segundo a
469 documentação que eu tenho e que falámos na altura é que tinha sido
470 aconselhado até pela senhora doutora juiz do processo para chegar a um
471 acordo e o senhor na altura presidente fez ouvidos de mercador a esta
472 sugestão da senhora juiz, isso foi pena, dizer que é lamentável sim, é
473 lamentável, uma vez que estaria completamente sanado este problema que,
474 como compreende além da sentença proferida e que nos condenou em
475 seiscentos e dezanove mil euros condicionando toda a nossa atuação num
476 início fulcral, que é o início de um mandato, de uma nova equipa do
477 executivo municipal, além de condicionar essa situação também não
478 resolveu por completo o que é, lamentável, porque ainda vem essa questão
479 da indemnização. Na questão de dívidas a fornecedores, eu gostaria de

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

480 dizer salientar apenas que as faturas que estão em trânsito e que
481 transitavam para o ano seguinte e que também condicionava e foi daí que
482 eu referi que nesta rubrica de aquisição de bens e serviços externos havia a
483 possibilidade de facto de diminuir no orçamento num valor superior a
484 trezentos e cinquenta mil euros, uma vez que não espelhava exatamente a
485 despesa, nomeadamente desta questão das águas e a questão da energia
486 em geral, sendo ela a iluminação pública e combustíveis. A questão da
487 situação com os recursos humanos não é assim tão parca como disse uma
488 vez que temos alguns números, mas que eu deixaria essa situação para a
489 doutora Sandra Pereira, no entanto, dizer que acerca da alteração do
490 posicionamento remuneratório são cerca de oitenta mil euros, a
491 incorporação dos trabalhadores com vínculos precários são cerca de cento
492 e quinze mil euros, os novos recrutamentos são cinquenta e sete mil euros
493 as entradas no decurso de 2018 são cerca de cento e quatro mil euros, as
494 mobilidades intercarreiras cerca de doze mil e quinhentos euros. E isto tudo
495 somado faz com que, de facto, não seja uma quantia de somenos
496 importância ou insignificante como pode compreender. E dizer-lhe também
497 que como têm dito ao longo deste mandato, o Senhor vereador José
498 Manuel Vieira refere muitas vezes a situação da continuidade, pois essa
499 continuidade às vezes dá jeito para umas coisas e outras vezes não dá, de
500 facto, a continuidade nos executivos em que têm que honrar alguns
501 dossiers que estão em aberto, como é o caso do canil. Chegada esta
502 situação do canil pediria à doutora Sandra Pereira que explicasse ao senhor
503 vereador José Manuel Vieira e à restante vereação, a questão dos cento e
504 doze mil euros para o canil, mas dizer-lhe também senhor vereador que a
505 questão dos estaleiros não está completamente definida e eu explico e de
506 uma forma muito fácil todo este mecanismo de ação e todo este raciocínio
507 que está, digamos na base dos estaleiros. Aproveito para dizer que o IVV
508 está adquirido, mas com a nova delegação de competências para as
509 Autarquias Locais, provavelmente melhor era esperar, porque há imóveis do
510 Estado que agora vão passar a pertencer às autarquias e são passados
511 completamente a custo zero. No entanto, dizer que nestes estaleiros não
512 temos tanta certeza que ainda possam ser edificados nas antigas
513 instalações do IVV isto porque nós pretendemos que, de facto e não
514 havendo ainda um modelo de gestão, como disse e bem, não está ainda
515 apresentado, fá-lo-emos a seu tempo, mas dizer que não temos a certeza
516 que possa ser completamente compaginada a situação com o que
517 queremos fazer na parte da frente do IVV, em que a expectativa de certos
518 projetos eu não gostaria, por decoro e como não tenho a certeza absoluta
519 de os concretizar não posso agora nesta reunião de câmara enuncia-los

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

520 mas tenho que ter em atenção, ao facto de poderem ser concretizados e,
521 como tal, não poder ter paredes meias com estaleiros como é lógico que,
522 como facilmente poderão depreender daquilo que eu estou a dizer. Pena é
523 que tenha sido alienada parte do estaleiro de São Brás para a fábrica dos
524 pastéis de nata de pera-rocha em que, de facto, se esse terreno não tivesse
525 sido alienado, a decisão estaria mais do que tomada porque seria
526 exatamente nesse sítio que faríamos as obras, correspondentes a uma
527 edificação dos estaleiros, de balneários, de refeitório, de instalações
528 sanitárias condignas para o pessoal, que de todo em todo, chega a um
529 ponto que envergonha qualquer executivo municipal, não percebendo eu
530 porque é que não interferiram nessa área de uma forma mínima. No que diz
531 respeito à loja do cidadão, nós não aceitamos uma loja de cidadão,
532 conforme foi protocolado com o governo (AMA) e o anterior executivo. A
533 Loja do Cidadão apenas ficará na placa. O munícipe que queira
534 eventualmente tirar o Cartão de Cidadão, fazer um levantamento de um
535 passaporte ou qualquer outra coisa similar não o poderá fazer nessa Loja
536 do Cidadão, então eu pergunto, que Loja do Cidadão é esta que estamos a
537 enganar as pessoas, temos que tentar construir uma Loja do Cidadão que,
538 de facto, não defraude as pessoas. As rotinas das próprias pessoas que
539 serão deslocadas num 1º anel central em termos comerciais na nossa Vila,
540 são encaminhados para o 2º anel que não é nada correspondente com
541 aquilo que nós também queremos e temos permanentemente em mente que
542 é, de facto, revitalizar o comércio local. Desta forma, e no sítio onde estava
543 planeado, sem dúvida que não estamos a ajudar o comércio local,
544 deslocalizando os circuitos das pessoas que dessa forma não estão a
545 contribuir para esta nossa pretensão e, como tal, tudo isto ainda está em
546 análise, o tempo urge e, de facto, estamos a trabalhar afincadamente para
547 resolver este problema e logo darei nota assim que houver mais novidades.
548 O senhor vereador falou no nosso projeto Abem da Associação Dignidade,
549 eu digo-lhe uma coisa se há matéria em que eu me orgulho é de ter
550 participado desde a origem neste projeto da obtenção de medicamentos de
551 especialidades médicas a custo zero para pessoas carenciadas. Tem por
552 detrás regulamentos que neste momento podem parecer duros, no entanto,
553 nunca se disse, e o senhor vereador compreenderá que eu tenho que falar
554 nesta situação uma vez que abusivamente enunciou que nós tínhamos dito
555 medicamentos para todos, eu desafiava-o a apresentar um artigo de
556 campanha em que o senhor vereador José Manuel Vieira tenha ouvido
557 alguma vez eu dizer da minha boca em tempo de candidato à Câmara
558 Municipal do Bombarral, que eu ia dar medicamentos para todos. Este
559 projeto é bem patrocinado, não estou a dizer em termos económicos mas,

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

560 sob o alto patrocínio de altas individualidades deste país. A maioria das
561 câmaras municipais já aderiu e sem dúvida nenhuma que está longe de
562 significar um fiasco. O último relatório que eu tenho indica que estão
563 cobertas neste município cerca de 25 famílias, e nem que fosse apenas
564 uma família, já teríamos uma vitória nesta matéria social. O senhor não
565 conhece certamente o protocolo porque senão estaria, digamos, de uma
566 forma mais informada, e não pense que esta dotação orçamental é para
567 pagar medicamentos, isso revela um desconhecimento total do protocolo.” --
568 ----- A técnica superior Sandra Pereira disse “o contrato do canil
569 municipal foi adjudicado por duzentos e doze mil euros, como bem disse, e
570 foi associado de acordo com o cronograma de execução financeira. Quem
571 acompanha este contrato é o senhor vereador Vítor Fonseca aqui presente,
572 e ficou acordado que iriam faturar até ao final do ano cerca de cem mil
573 euros por isso esse valor está executado e refletido no orçamento de 2018,
574 ficando o remanescente para 2019. Portanto, penso estarem assegurados e
575 é intenção do município pagar a totalidade faturada até dezembro deste
576 ano. Se será possível, ou não de cumprir será de acordo com as faturas que
577 forem apresentadas.” -----
578 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira questionou se “a obra do
579 canil está mesmo suspensa?” -----
580 ----- O senhor vereador Vítor Fonseca disse que “a obra não está
581 suspensa, na próxima segunda-feira irá uma máquina giratória que a
582 Valorsul vai lá colocar e um camião do Bombarral e outro do Cadaval para
583 recolher aquele entulho que lá está.” -----
584 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “então senhor
585 Presidente não se prevê cumprir com os trabalhos este ano? Se não se
586 prevê, como é natural, o Orçamento está mal elaborado nesta matéria sob o
587 ponto de vista legal. Na nossa opinião teriam de prever em 2019 a
588 totalidade da obra que cabe ao Município do Bombarral que é 212.000,00
589 euros. Solicito que com urgência seja fornecida a informação contabilística
590 que sustenta o procedimento que já foi feito em conjunto com a Câmara
591 Municipal do Cadaval. O procedimento já foi feito e tem visto do Tribunal de
592 Contas. Caso não haja cumprimento da execução prevista para 2018, esta
593 transita para 2019, tendo assim de ser prevista para 2019 a totalidade da
594 despesa 106.000 euros, correspondentes a 2018 e outros 106.000 euros de
595 2019 porque é quase uma certeza que não vai cumprir com a despesa de
596 106.000 euros em 2018.” -----
597 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “indo de encontro aquilo que o
598 senhor Presidente já referiu temos informação que a obra não vai avançar
599 até ao final do ano, isto porque a obra estava suspensa, como tal

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

600 supostamente não vai existir despesa associada a esta obra que tem um
601 prazo de execução de 6 meses. O valor que tem de estar contemplado no
602 orçamento de 2019 será os duzentos e doze mil euros como foi referido até
603 ao valor total da 1ª fase da obra e não como os senhores erradamente e
604 ilegalmente estão a contemplá-lo em cento e doze mil euros. Vão ter que
605 arranjar uma solução para que no orçamento fique em conformidade com os
606 compromissos assumidos e, por isso, solicito que nos seja entregue agora,
607 a informação contabilística que sustenta a abertura do procedimento.” -----
608 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “como podem compreender
609 as previsões fazem-se de acordo com o que está no terreno, ou seja, se a
610 obra se iniciou em outubro, se há faturas que vão ser emitidas e terão que
611 ser pagas no decorrer de 2018 é natural que essa dotação estivesse como
612 é lógico, plasmada no orçamento, julgo que aqui não há qualquer
613 irregularidade, no entanto, dizer que estas coisas acontecem e como sabem
614 no decorrer de uma obra acontece muita coisa. Acontecem coisas que, às
615 vezes, até muitas situações não são sequer percetíveis e entendíveis. Eu
616 tenho mais uma pretensão de um gabinete de arquitetos, neste caso quem
617 realizou o projeto para o Centro Escolar que diz que os juros das garantias
618 não foram libertados, estiveram não sei quantos anos para serem libertadas
619 e já foram libertadas no decorrer de 2018 e agora vem com a pretensão
620 também que teve despesa na manutenção dessas garantias e que foram os
621 senhores vereadores que não libertaram as garantias do projeto do Centro
622 Escolar.” -----
623 ----- O senhor vereador Vítor Fonseca disse “eu gostava de saber qual é
624 garantia que os senhores vereadores têm de que a obra não é cumprida
625 nos prazos que foram estabelecidos, se o construtor me garantiu que estava
626 e o compromisso que tive foi que até ao fim do ano é para a fatura ser
627 feita. Como é que vocês podem garantir com essa segurança toda que a
628 obra não estará feita.” -----
629 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “nós não damos
630 certezas que não vão conseguir. Apenas insinuamos que isso possa
631 acontecer. Se acham que vão conseguir, que fique em ata essa garantia e
632 todas as afirmações proferidas por vós.” -----
633 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “isto não invalida o pedido que
634 eu fiz de receber a informação contabilística do procedimento.” -----
635 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “de facto, o que se passa
636 aqui é que nós do ponto de vista de informação técnica, conforme o senhor
637 vereador Vítor Fonseca referiu, temos *a priori* a garantia de que a obra é
638 feita tal como foi programada nos trâmites normais e na calendarização
639 normal, agora como todos nós sabemos há atrasos, há situações que não

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

640 estão previstas e, como tal, cá estaremos para fazer face a todas elas.
641 Insinuar como o senhor vereador José Manuel Vieira agora acabou de dizer
642 assim no ar, que nós não vamos fazer, é quase como estar a desejar que a
643 coisa corra mal e isso não é aceitável. Isso não é aceitável, portanto, nós
644 pura e simplesmente estamos de uma forma natural e normal a par e passo
645 e em comunicação permanente com o Município do Cadaval e, como tal,
646 estamos de coração aberto sem qualquer tipo aqui do subterfúgio, sem
647 qualquer tipo de trunfo na manga. E senão, não tínhamos o visto do
648 Tribunal de Contas.” -----
649 ----- A técnica superior Sandra Pereira disse que “o valor do canil estava
650 cabimentado e compromissado. Relativamente às participações financeiras
651 das entidades que foi apresentado e porque já em anos anteriores, houve
652 alguma controvérsia relativamente aos valores apresentados sobre os
653 capitais próprios, este ano os serviços contactaram todas estas entidades
654 com exceção de uma que foi a Trevoeste com a qual não conseguimos
655 entrar em contacto, para confirmar e o que nos foi transmitido foram os
656 valores que estão apresentados. Não tenho conhecimento de outros, se
657 existe participação das Águas do Atlântico, os serviços financeiros não têm
658 conhecimento dessa participação. Nunca chegou aos serviços essa
659 situação e não sei se foi realizado qualquer capital social ou participação
660 nossa na entidade Águas do Atlântico. Não estou a dizer que não exista,
661 nós não temos conhecimento”. -----
662 -----A senhora vereadora Rosa Guerra disse “senhor Presidente, a nota
663 introdutória do orçamento para 2019 demonstra mais uma vez que para os
664 seus desaires de gestão autárquica retrocede às heranças do passado,
665 algumas de vários anos atrás, deixe que lhe diga, mais uma vez foi muito
666 infeliz. O senhor Presidente abraçou um desafio que demostra que não
667 tinha qualquer noção para o que se avizinhava. Todos os anteriores
668 executivos aqui e com certeza que em outros municípios provavelmente,
669 foram recebendo heranças, umas boas outras menos boas e todos com
670 certeza, tentaram cumprir da melhor maneira possível os processos que
671 foram aparecendo e que certamente também foram desfavoráveis. Agora,
672 senhor Presidente vitimizar-se pode passar a imagem que não está bem
673 preparado para os desafios. Umas vezes corre bem e outras menos bem, é
674 assim na vida política. Ao fim de um ano continua a falar sempre do
675 passado; senhor Presidente esqueça o passado, por favor, viva e preocupe-
676 se com o presente e com o futuro do nosso concelho. Tudo o que está a
677 acontecer no nosso concelho é “pouquinho”. O senhor Presidente iniciou em
678 boa hora o seu mandato porque não herdou dívida e ainda ficaram em
679 tesouraria mais de seiscentos mil euros, ao contrário do mandato anterior,

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

680 que teve um caminho difícil e exigente. Um ano de governação local que
681 conta com festas e pouco mais, estas são também importantes mas eu diria
682 mesmo que temos um município convertido em comissão de festas. Por isso
683 questiono: Quais as opções e prioridades eficazes para o nosso concelho
684 para a melhoria das condições de vida dos Bombarralenses? É importante
685 que evidencie, por favor, as diferenças e que opções criaram. O senhor
686 Presidente numa entrevista ao jornal anunciou um novo ciclo, informando
687 que estava a dinamizar o apoio ao investimento com a criação de um
688 Gabinete de Apoio ao Agricultor e ao Empresário. E, quando é questionado
689 pela oposição nas sessões de câmara sobre esta dinâmica, considera as
690 perguntas incómodas e vai respondendo, não sei, não faço ideia e até
691 mesmo algumas vezes, com alguma altivez de quem acha que tudo pode.
692 Também anunciou a necessidade de captar novos investimentos por via de
693 apoio à criação de novas empresas, apoio ao comércio tradicional.
694 Continuamos a aguardar senhor Presidente, assim como os nossos
695 munícipes. Numa altura de prosperidade económica, assim nos diz o seu
696 Governo, questiono porque não reduz ao máximo taxas e impostos
697 municipais já que estamos no bom caminho. Ainda há pouco o senhor
698 Presidente referiu que o nosso Governo está a fazer um bom trabalho,
699 então vamos aproveitar esse bom caminho para beneficiar os nossos
700 munícipes. No nosso mandato não foi possível, apesar de o desejarmos
701 fazer, pois fizemos um grande esforço, mas que infelizmente é
702 sistematicamente ocultado e esquecido. O senhor Presidente perde a
703 oportunidade de reconhecer o trabalho feito pela coligação PSD CDS,
704 algumas vezes, talvez por distração, lá dá continuidade àquilo que vem de
705 trás e sem querer, diz que foi da autoria deste mandato, mas não faz mal
706 senhor Presidente ficamos mesmo assim, satisfeitos por fazê-lo, pois,
707 demonstra que, afinal, fizemos alguma coisa. Pensamos que temos um
708 orçamento que não nos traz esperança, nem confiança, nem demonstra
709 indicadores de sustentabilidade, que traga melhorias e desenvolvimento
710 para o nosso concelho. Nós temos aqui nas Grandes Opções do Plano para
711 o ano 2019 mais concretamente no Gabinete de Apoio ao Agricultor cerca
712 de quinze mil euros aproximadamente, a minha questão: é qual a razão
713 deste valor? Disse que também, e já foi aqui falado algumas vezes, se nós
714 já tínhamos era só dar continuidade ao Gabinete de Apoio à Agricultura que
715 já funciona na Leader Oeste a custo zero, na escola, e que tem recebido e
716 tem apoiado muito os nossos munícipes com candidaturas. Depois também
717 queria um esclarecimento na área social, Idade mais, em que temos aqui
718 também um valor de vinte mil euros. Eu queria perceber o que é que se vai
719 fazer aqui nesta temática, tendo em conta que se estava a aguardar um

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

720 aviso de uma candidatura, na altura que estava cá, não tinha ainda chegado
721 e portanto, tinha sido prorrogado o prazo e, isto era, em parceria com a
722 Santa Casa da Misericórdia, portanto, deixo aqui um alerta.” -----
723 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “da nota introdutória apenas
724 referir uma ou duas situações, de facto, dizer que não é preciso estarmos
725 com esta troca de galhardetes permanente de nós falarmos do executivo
726 anterior, os senhores vereadores e a senhora vereadora Rosa Guerra na
727 sua própria intervenção é que chegou a falar do executivo anterior que não
728 era o seu, porque não estava de 2009 a 2013, mas a referir certamente
729 outro executivo anterior, portanto, é natural que de uma forma de umas
730 vezes mais consistente, outras vezes mais insípidas se refira como é lógico,
731 a situações anteriores. E dizer que, enfim, continua exatamente com a
732 mesma e foi exatamente *ipsis verbis* como o seu colega de coligação, o
733 senhor vereador José Manuel Vieira a dizer que eu não tinha noção e
734 realmente são sempre as mesmas questões. Muito bem, eu também não
735 tinha a noção e se bem se lembram de há um ano, daquela questão dos
736 dossiers que eu também não tinha a noção. Quando me diz que essas
737 matérias que deixaram e que depois havia como é lógico a continuidade
738 olhe, nós também não estivemos, também não tinha essa noção e quando
739 cá cheguei não havia essa transmissão, mas, portanto, só para dizer que
740 não se tem a noção, muitas vezes não é a noção que senhores querem que
741 nós tenhamos, mas isso também faz parte deste confronto político e está
742 perfeitamente, digamos ao nível daquilo que é o dirimir destas situações,
743 numa reunião de câmara e eu consigo entender, mas dizer-lhe que, de
744 facto, essas questões que referiu, são extraordinariamente importantes para
745 a oposição, e menos importantes para quem está no executivo e quando se
746 altera este cenário inverte-se exatamente estes valores sem dúvida
747 nenhuma que ainda hoje se referiram a várias situações. Referir novamente
748 o programa Abem que, de facto, interferiu e está a interferir em 25 famílias,
749 não sei quantas pessoas fazem parte desses agregados familiares e que
750 usufruem dessa situação. Ora bem, se isso não existisse as condições de
751 vida seriam exatamente inferiores, mas também de dizer que está
752 programado e não foi referido ainda, a distribuição dos livros de fichas para
753 os nossos estudantes de uma forma gratuita, é bom que isto também se
754 enalteça porque isso também é uma preocupação deste executivo e
755 variadíssimas outras coisas. Já lhe expliquei a Loja do Cidadão para darmos
756 mais apoio ao nosso comércio tradicional e que pode à primeira vista, não
757 parecer, mas que vai confluír nesse raciocínio e que eu ainda agora
758 expliquei. A senhora vereadora Rosa Guerra trazia a sua intervenção
759 escrita, portanto, já estava previamente formatada nessa situação, portanto

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

760 quando as intervenções estão escritas, as pessoas ficam agarradas a elas e
761 não as alteram nem que no decorrer da reunião se vai explicando ora, eu
762 até expliquei muitas vezes essa situação da Loja do Cidadão e que está
763 tudo em equação e que estamos em negociações com o Governo para
764 precisamente alterar toda essa estratégia para confinar no apoio e no
765 desenvolvimento do comércio tradicional que bem preciso é na nossa Vila.
766 Dar também nota do seguinte, no que nós andámos com todo o empenho,
767 como pode imaginar, num tema que ainda hoje não foi falado que é
768 exatamente o Hospital do Oeste, ou seja, a questão que neste momento se
769 coloca, é uma questão política e é uma questão em que toda a gente está
770 de acordo com aquilo que, neste momento, falta para as populações do
771 Oeste que é um hospital central, com grandes prejuízos em termos pessoais
772 de uma má cobertura em termos hospitalares e, como tal estamos a pugnar,
773 estamos na primeira linha, da implementação de toda esta influência para
774 que o Hospital Central do Oeste seja uma realidade, não lhe vou dizer em
775 quantos anos. Como o senhor vereador José Manuel Vieira falou nisto e
776 estamos neste momento, exatamente na questão do hospital, eu posso-lhe
777 dizer o seguinte, nada do que o senhor vereador leu na entrevista à Gazeta
778 das Caldas é uma situação a que podemos dizer da descontextualização
779 em que está referida essa situação. Isto é, exatamente a minha primeira
780 preocupação é garantir que haja hospital, e julgo que isto não é, digamos,
781 difícil para o senhor vereador compreender. Dizer-lhe que basta em termos
782 técnicos fazer-se um estudo independente em que há uma conclusão que é
783 inevitável para a sua localização. Temos muito trabalho pela frente ainda a
784 fazer no decorrer do próximo ano, mas vamos ver se conseguimos e darei
785 nota de tudo, de todos os avanços nesta matéria.” -----
786 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra disse “já no mandato anterior
787 houve uma conferência em colaboração com o Bombarral Sustentável e a
788 Câmara Municipal que decorreu no nosso auditório, precisamente com o
789 auditório cheio com uma série de médicos, e com o senhor diretor da
790 Administração do Hospital para ver o que é que se poderia fazer em prol de
791 um hospital. Portanto, isso já aconteceu, mas ainda bem que o senhor
792 Presidente também partilha dessa preocupação. Não é que tenha a ver
793 agora com esta reunião, mas como sou presidente de Distrital de Leiria
794 também estive numa reunião em Caldas da Rainha onde fomos todos
795 informados pela nova Administração de que vai haver uma ampliação das
796 urgências, ao que eu inclusivamente perguntei, se havendo aumento das
797 urgências, então como é que se vai colmatar, a falta de camas e de
798 equipamentos, pois entram mais doentes que precisam de internamento,
799 como é que se iria dar uma solução a isto porque estaríamos perante o funil.

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

800 A senhora administradora disse que realmente teriam que pensar nisto. Eu
801 penso que todos sabemos e que todos temos a noção que não é nesta
802 legislatura, que irá ser edificado um novo hospital, se calhar nem na
803 próxima, porque isso já foi mais do que dito até pela Comissão
804 Coordenadora da Saúde no Parlamento, portanto, não vamos ter para já um
805 hospital novo, vamos ter sim a ampliação do de Caldas da Rainha e para já
806 nas urgências, não em tudo o que seria necessário e, se calhar, a chegada
807 de algumas novas valências que se perderam e que vão chegar, mas esta
808 preocupação é de todos nós. Se pudermos trazer para cá, melhor, se é
809 viável ou não, depois tem que ter uma estratégia para se concretizar, mas e
810 só para terminar, dizer que eu por acaso estou muito a par do que se está a
811 passar na saúde e não passa a ideia de que vem para já para um hospital
812 novo.” -----
813 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “todos seremos poucos para
814 estarmos de acordo com a necessidade de construção de um hospital,
815 porque, de facto, em termos de perspetivas estratégicas futuras o que há a
816 dizer nesta matéria, é que é preciso fazer algumas obras de pelo menos
817 modernização e alguma ampliação para pelo menos colmatar estes anos
818 que faltarão até à possível edificação do Hospital Central do Oeste, mas
819 dizer que o ganhar escala nesta matéria é fundamental.” -----
820 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “o senhor Presidente acabou
821 de referir anteriormente, uma situação que tinha a ver com o projeto do
822 Centro Escolar, nomeadamente com os projetistas que estavam agora a
823 reclamar que efetivamente as garantias bancárias não tinham sido
824 libertadas, e que agora estão a pedir uma indemnização. O Presidente ou
825 os vereadores, não podem ser responsabilizados, se existiu um atraso na
826 libertação da garantia foi certamente para os serviços verificarem se os
827 trabalhos estavam bem feitos, e se efetivamente não há nada que o
828 Município possa reclamar. Em relação ao Hospital Central do Oeste é uma
829 questão política e uma questão técnica, o senhor Presidente e todos nós,
830 infelizmente, sabemos que é depois o Governo Central que decidirá, não
831 temos a menor dúvida. Cabe-nos fazer pressão efetivamente para
832 conseguirmos inverter as situações e a decisão técnica é mais valiosa e é
833 essa que efetivamente defende melhor os interesses da população,
834 portanto, é por aí que seguramente todos nós estaremos do mesmo lado,
835 defender, é uma posição de que não tenho a menor dúvida. Na reunião que
836 tivemos com senhor Presidente aquando da auscultação dos partidos nós
837 apresentamos propostas para serem incluídas no orçamento de 2019, que
838 achávamos de grande importância para o concelho. Demonstrámos que
839 estamos aqui com um sentido de responsabilidade, com ideias, que não

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

840 estamos com uma postura de criticar por criticar e a prova disso é que
841 apresentámos propostas exequíveis e que em muito contribuiriam para o
842 desenvolvimento do concelho. Lamentavelmente, quando recebemos o
843 orçamento vimos que as nossas propostas caíram em saco roto. As
844 propostas apresentadas foram as seguintes: Para a freguesia do Carvalhal
845 propusemos a Requalificação do Largo do Barrocalvo e o arranjo da estrada
846 da Calçadinha no Carvalhal. Para a freguesia do Pó a continuação do
847 investimento feito por nós no mandato passado no Polidesportivo, os
848 balneários e iluminação. Freguesia da Roliça, por nossa sugestão abriram a
849 rubrica para aquisição de terrenos, com vista a ampliação do cemitério do
850 Paul, mas apenas com um valor simbólico, não suficiente para a compra do
851 terreno assim como para a execução da obra. Para a União de Freguesias
852 do Bombarral e Vale Covo propusemos a requalificação do Largo da Igreja
853 do Vale Covo, arranjos no museu e biblioteca e arranjo das juntas de
854 dilatação do viaduto junto à Galp. Relembro ainda o senhor Presidente que
855 também em política de ambiente sugerimos algo fulcral para a melhoria
856 ambiental que é a construção de Ecocentro, infraestrutura essa que
857 permitiria aos cidadãos um local de entrega de resíduos em vez de os
858 deixarem espalhados pelo concelho. E por ultimo a obra de requalificação
859 da entrada norte da vila, que já existe projeto, mas que nós alertamos que
860 necessitava de ser revisto para que no futuro possa estar em condições de
861 avançar caso abra candidaturas. Infelizmente nem a rubrica mantiveram. No
862 orçamento da despesa, na rubrica Reabilitação do IVV no orçamento de
863 2019 tem um valor definido de 45 000€ e um valor 255 000€ não definido
864 gostaríamos de perguntar à técnica Dra. Sandra Pereira o porquê desta
865 repartição? A Dra. Sandra na página 9 do relatório técnico diz e passo a
866 citar “Aguarda-se a aprovação da candidatura relativa à reabilitação das
867 antigas instalações do IVV”. Quero que me traga agora o documento de
868 submissão da candidatura extraída do balcão 2020.” -----
869 ----- A técnica superior Sandra Pereira disse “tanto quanto sei a
870 candidatura ainda não está submetida, está em fase de elaboração e, por
871 isso, é que ainda não está e só está aqui a previsão para essa situação que
872 vai ter de ser submetida até 31 de dezembro deste ano.” -----
873 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “na rubrica do Orçamento
874 Participativo, o senhor Presidente informou na Assembleia Municipal que o
875 valor de 20 000€ era um valor que foi colocado no orçamento de 2018 para
876 inicio, mas confrontado com valores de outros Municípios e exemplos o
877 senhor informou que no próximo orçamento ia colocar mais valor. O que se
878 passou para não aumentar o valor? Também na parte da despesa nas
879 atividades de Impacto Inter-Concelhio vimos estar contemplado um valor de

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

880 59 200€ para a realização dos eventos: Folia no Bombarral, Floresta
881 Mágica, Mês da Juventude, Halloween, Floresta Encantada. Gostávamos de
882 saber qual foi o impacto e a mais valia que estas festividades trouxeram ao
883 Bombarral, assim como o aumento do número de pessoas que vieram
884 visitar o Bombarral e o impacto que trouxeram à economia do Bombarral.
885 Para nós trouxe sim foi um grande aumento nas despesas no orçamento da
886 Câmara em sacrifício de outras atividades, nomeadamente em todas as
887 ações Campanhas de Comunicação e educação nas escolas, sensibilização
888 dos mais jovens para a temática de redução/separação de resíduos, por
889 exemplo entre outros. Senhor Presidente no Programa Abem
890 (medicamentos gratuitos para todas as pessoas carenciadas) que o senhor
891 tanto apregoou durante a campanha eleitoral e que no orçamento de 2018
892 estava contemplado um valor de 15 000€, vimos agora no orçamento de
893 2019 ver reduzido para 5 000€ o que revela que tem sido um fracasso e que
894 não passou de uma publicidade enganosa que o ajudou a ganhar as
895 eleições à custa de mentiras. Senhor Presidente na nota introdutória do
896 orçamento de 2019 diz que o apoio à Educação é um pilar fundamental para
897 o futuro das novas gerações e que vão atribuir uma bolsa de mérito ao
898 melhor aluno de apoio no ingresso ao ensino superior no orçamento.
899 Senhor Presidente no orçamento de 2018 o senhor tinha, e muito bem, uma
900 verba de 5 000€ para Prémio e Bolsas Escolares que nós concordávamos
901 perfeitamente, mas agora vimos uma redução para 700€ para ser atribuída
902 ao melhor aluno. Achamos uma ideia retrógrada, que revela uma falta de
903 visão e de estratégia, injusta, porque as bolsas de mérito deviam ser
904 atribuídas também aos melhores alunos, do 2º, 3º ciclo e secundário,
905 atendendo que ao 1º ciclo existe o prémio Comendador Jaime Duarte que
906 no nosso entender podia ser reforçado. Na rubrica de Segurança e Ordem
907 Pública vimos uma redução de 10 025€ do orçamento de 2018 para 2019.
908 Deixou de haver a rubrica de aquisição de bens, não sendo possível adquirir
909 qualquer equipamento para a Proteção Civil, como no passado adquirimos,
910 desde uma viatura de combate aos incêndios, equipamento de proteção
911 individual para os bombeiros, etc. Na aquisição de serviços, deixaram de
912 poder contratar qualquer serviço de apoio à Proteção Civil e assim como
913 deixaram cair a possibilidade de ter um coordenador municipal de proteção
914 civil, assim como reduziram o valor da limpeza de caminhos e terrenos,
915 completamente em contraciclo daquilo vamos vendo ao apelo da Proteção
916 Civil para um maior empenho das autarquias na limpeza de terrenos e
917 abertura de caminhos para o combate aos incêndios. Vimos no orçamento
918 da despesa na rubrica de refeições do 1º Ciclo uma redução de 17 072€ e
919 nas refeições de pré-escolar uma redução de 4 250€ a que se deve esta

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

920 redução, não havendo redução significativa de alunos. (cerca de 20 alunos).
921 No orçamento de 2019 vimos uma redução em relação ao orçamento de
922 2018 no valor de 8 530€ na rubrica de aquisição de AAAF'S e CAF'S a que
923 se deve esta redução? Também vimos uma redução no orçamento de 2019
924 de 37 419€ na rubrica dos transportes escolares do 2º e 3º ciclo a que se
925 deve esta redução? No orçamento da despesa de 2019 no saneamento foi
926 retirado o projeto e a obra da desativação das fossas sépticas do Sobral
927 Parelhão e Casal Brejo, por qual o motivo? Na construção da ligação de AR
928 domésticos ao emissário em alta Vale Covo/Vale Pato aumentaram o valor
929 de 2018 para 2019 em mais 30 995€. Qual o motivo? Na aquisição de bens
930 e serviços vimos uma redução de 458 000€ com impacto nas rubricas de
931 aquisição de água em 178 000€, na aquisição de serviços de saneamento
932 em 70 000€, nos serviços de transporte escolares de Jardim de Infância 1º e
933 2º Ciclos no valor de 37 455€, nas CAF'S e AAAF'S 8 530€. Como
934 fundamenta esta redução? O senhor Presidente informou que estas
935 reduções se devem ao facto que vão pagar as faturas da água, iluminação
936 publica, resíduos sólidos, assim como outros fornecedores no próprio ano. A
937 Dra. Sandra sabe perfeitamente que é impossível porque pelos menos a
938 última fatura do final do ano à data que as faturas chegam ao município já
939 não é possível incorporar na contabilidade do próprio ano assim como já
940 não conseguem pagá-las no ano de 2018. O senhor Presidente disse na
941 sua intervenção que havia rubricas com valores que estavam abaixo do
942 valor real e que essas rubricas iriam ser reforçadas com o saldo de
943 gerência. Com esta informação que nos deu vem reforçar aquilo que já
944 suspeitávamos de que neste orçamento existe desorçamentação pelo que
945 não estão salvaguardadas as despesas obrigatórias pelo que este
946 orçamento é ilegal. No orçamento da despesa na rubrica tarefa e avença
947 vimos um valor de 69 750€ que no ano de 2018 não existia. A que se deve
948 este brutal aumento? Sr. Presidente, temos a informação que a obra do
949 canil não vai avançar até ao final do ano, como tal não vai existir despesa,
950 então como a obra tem um prazo de execução de 6 meses o valor que tem
951 de estar contemplado no orçamento de 2019 é de 212 000€ valor total da 1ª
952 Fase da obra e não como os senhores erradamente e ilegalmente tem
953 contemplado de 112 000€, vão ter de arranjar uma solução para que o
954 orçamento fique em conformidade com os compromissos assumidos.
955 Pedimos que nos seja entregue agora a informação contabilística que
956 sustenta abertura do procedimento. Na rubrica da despesa de pessoal de
957 2018/2019 vimos um brutal aumento em 408 500€. Queremos saber quais
958 os funcionários (Precários que não estavam afetos às despesas com
959 pessoal no ano de 2018). Na nota introdutória o senhor Presidente nada

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

960 referiu referente à Ação Social do município para o próximo ano, após
961 análise do orçamento vimos realmente que nada tinha para dizer pois a
962 ação da Câmara nesta área vai ser diminuta tendo sofrido uma redução de
963 25% em relação à pouca verba que já existia em 2018. Realçamos ainda
964 que nos projetos Idades + na Aquisição de bens e Serviços vimos uma
965 redução de 91%, em contrapartida houve um aumento de 10% nas
966 festarolas que vão gastar 67 200€. Senhor Presidente se preveem uma
967 despesa da água no valor 680 000€ e uma receita de 993 800€ quer dizer
968 que a água dá um lucro e que para o ano económico 2019 a Câmara vai
969 arrecadar 313 000€ de lucro. Das duas uma, ou a Câmara investe este lucro
970 na remodelação das redes, ou em reservatórios que tanto precisam de
971 obras, ou então baixam o preço da água para beneficiar os
972 Bombarralenses. Também na receita dos resíduos sólidos vimos que o
973 município tem no orçamento da despesa um valor de 168 250€ e na receita
974 um valor 328 900€ o que perfaz um lucro de 160 650€, também aqui pode
975 reduzir as taxas de forma a que possa ajudar as famílias. O senhor
976 Presidente na sua intervenção inicial referiu que já há muitos anos que as
977 tarifas das águas não eram mexidas, no sentido que os valores eram baixos
978 e estavam desatualizados, senhor Presidente como demonstrei
979 anteriormente deve rever os preços para os baixar para que o município não
980 tenha tanto lucro e assim ajudar as famílias. Senhor Presidente na sua nota
981 introdutória o senhor diz e passo a citar: “Assim, vamos continuar a cumprir
982 a redução gradual do IMI, que para este ano se fixará nos 0.35%,
983 contribuindo para um concelho cada vez mais amigo das famílias”.
984 Pergunto, não estará o senhor a usurpar os seus poderes ao colocar o valor
985 do IMI em orçamento como dado adquirido, quando cabe à Assembleia
986 Municipal aprovar sob proposta da Câmara? No mercado municipal tem um
987 valor de 303 000€ de despesa, quero saber se os 272 000€ que se
988 encontram no FEDER em receita de capital (Pág. 5/16 Receita) respeitam à
989 candidatura do mercado? -----
990 -----A técnica superior Sandra Pereira respondeu que “os 272 000€ que
991 se encontram em FEDER são os valores que o município tem a receber da
992 participação da obra do mercado municipal.” -----
993 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “quero que a Dra. Sandra me
994 traga agora o documento de homologação da Autoridade de Gestão a
995 provar o citado financiamento.” -----
996 ----- A técnica superior Sandra Pereira disse que “a candidatura ainda
997 não está aprovada e por isso não tem os documentos de homologação.” ----
998 ----- O senhor vereador Nuno Mota disse “Senhor Presidente,
999 infelizmente estamos perante mais uma situação que o orçamento é ilegal.

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1000 Vimos que o orçamento total de 2019 aumentou em relação ao de 2018 em
1001 mais 400 000€, estranhámos que só com na despesa de pessoal existe um
1002 aumento de 408 000€. À primeira vista leva-nos a pensar que o aumento se
1003 deve para cobrir a despesa com pessoal, o que aumentou com pessoal. Se
1004 atendermos que no investimento teve um aumento face a 2018 de 10% do
1005 investimento capital, cerca de 207 000€ mas se considerarmos que neste
1006 montante se encontra o mercado municipal e que por via disso o orçamento
1007 da receita na rubrica do FEDER foi empolado verificamos afinal que não
1008 houve um investimento, mas sim um desinvestimento de 65 000€. A ideia da
1009 construção dos armazéns municipais já vem do nosso mandato, aquando
1010 da compra das antigas instalações do IVV, recorreremos a um empréstimo de
1011 1 200 000€ dos quais 700 000€ afetos à construção dos Armazéns
1012 municipais, que veio aprovado pelo Tribunal de Contas no final do nosso
1013 mandato, passou-se um ano do mandato da vossa gestão e os senhores
1014 nem o projeto mandaram executar, revelando uma falta de visão e de
1015 responsabilidade e de compromisso para o melhoramento das condições de
1016 trabalho dos colaboradores desta autarquia. O Senhor Presidente referiu
1017 que caso não tivesse-mos vendido parte dos terrenos dos armazéns do Polo
1018 I hoje estariam a ser feitos lá os armazéns. Mas senhor Presidente como se
1019 trata de gerir bem os dinheiros públicos decidimos porque tecnicamente não
1020 era possível colocar lá todos os trabalhadores condignamente com todas as
1021 condições e por isso compramos o IVV para centralizarmos todos os
1022 recursos num único local e rentabilizarmos os equipamentos e pessoas. Na
1023 nota introdutória o senhor Presidente diz que vai renovar a frota automóvel,
1024 gostávamos de saber qual é o valor que o senhor Presidente colocou no
1025 orçamento para a renovação da frota e que frota tenciona renovar? Senhor
1026 Presidente no final do mandato passado um representante do Millennium
1027 BCP fez-nos uma abordagem na qual pretendia negociar a realização de
1028 uma empreitada de infraestruturas da Urbanização Casas da Vinha,
1029 disponibilizando-se em entrar com capital para que o município iniciasse as
1030 obras. Tivemos conhecimento que assim foi e entraram com um capital de
1031 cerca de 100 000€ para iniciar os trabalhos e que depois entregavam o
1032 valor remanescente idêntico ao que já tinham entregue. O custo total da
1033 obra é de cerca de 310 000€ no qual não está explanado no PPI. Queremos
1034 saber se estamos enganados e se existe a rubrica indique-nos.” -----
1035 ----- A técnica superior Sandra Pereira respondeu “que não tinha
1036 conhecimento do valor da obra e que o valor que estava no orçamento era o
1037 da rubrica 030701040702 – Construção e reabilitação de redes de
1038 distribuição de água no valor 30 410€ para 2019 e 10 000€ para 2020. O
1039 valor que introduziu no orçamento foi aquele que os serviços solicitaram.” ---

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1040 -----O senhor vereador Nuno Mota disse “se a Câmara sabe qual é o
1041 valor da obra, recebeu o dinheiro do Millennium BCP para iniciar os
1042 trabalhos, o valor da obra devia estar explanado no PPI, mais, o dinheiro
1043 que receberam devia estar afeto ao projeto. Senhor Presidente perante esta
1044 situação infelizmente estamos perante mais um motivo para que este
1045 orçamento esteja ilegal e por isso não está em condições de ser aprovado.
1046 Também ficamos surpreendidos ao ler o relatório técnico (Pág. 8) que está
1047 contemplado um valor previsível para contratação de novos empréstimos.
1048 Pergunta-se não é competência da Assembleia Municipal a autorização
1049 para novos empréstimos? A mesma não deve ser acompanhada segundo o
1050 art.º 49 da Lei das Finanças Locais de informação sobre as condições
1051 praticadas pelo menos em 3 instituições bancárias? Parece mais uma vez
1052 que o senhor Presidente está a usurpar uma competência que é da
1053 Assembleia Municipal ao contemplar despesa de um suposto empréstimo
1054 que ainda não foi autorizado.” -----
1055 -----A técnica superior Sandra Pereira respondeu que “é apenas um
1056 valor previsível, para novos empréstimos que possam vir a ser autorizados
1057 pela Assembleia Municipal.” -----
1058 -----O senhor vereador Nuno Mota disse “é solicitado compromissos
1059 plurianuais conforme valores da GOP, não especificando caso a caso, por
1060 exemplo serviços especializados devidamente repartidos pelos anos e
1061 devidamente quantificados. Não podemos aprovar algo que não se encontra
1062 devidamente discriminado, identificado e quantificado. Na lei do POCAL -
1063 Regras provisionais 3.3.1 – A elaboração do orçamento das autarquias
1064 locais deve obedecer às seguintes regras previsionais: Alínea a) – As
1065 importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no
1066 orçamento não podem superior a metade das cobranças efetuadas nos
1067 últimos 24 meses ou a atualizações dos impostos que já tenham sido objeto
1068 de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou
1069 análises técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes.
1070 Primeiro porque já devia ter sido deliberado em Assembleia Municipal e por
1071 isso aqui há uma usurpação de poderes e como o valor a propor para este
1072 ano de 2019 só baixa 6 000€ face ao ano passado então os estudos têm
1073 mesmo de serem feitos porque para um decréscimo do valor tão baixo de
1074 6000€ para o universo do concelho não percebemos como foi feito o
1075 calculo. De acordo com as regras obrigatórias previstas no POCAL segundo
1076 a alínea b) – As importâncias relativas às transferências correntes e de
1077 capital só podem ser consideradas no orçamento com a efetiva atribuição
1078 ou aprovação pela entidade competente. Atendendo que não existe esta
1079 aprovação, o valor incluído na receita de 272 000€ incluídas no FEDER

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1080 violam a lei e como tal é ilegal. Na candidatura do mercado a falta do
1081 documento aprovado pela entidade competente, leva a que o orçamento da
1082 receita esteja ilegal pois está a subdotar a rubrica do FEDER. No que
1083 respeita ao IVV os valores encontram-se repartido por financiamento
1084 definido e financiamento não definido é exigido que apresentem o
1085 comprovativo da submissão da candidatura. Como nenhum destes
1086 documentos foram entregues pelo que temos de dizer que este orçamento
1087 não está em conformidade pelo que é ilegal e para bem do concelho devia
1088 ser retirado e revisto e por isso vão votar contra.” -----
1089 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “relativamente ao
1090 Hospital para o Oeste o senhor Presidente já não defende tão
1091 acerrimamente que o mesmo venha para o Bombarral, conforme a última
1092 entrevista que deu.” -----
1093 -----O senhor Presidente da Câmara disse “começando logo pelas
1094 vossas sugestões, algumas foram consideradas, outras não pois
1095 evidentemente que na questão do Barrocalvo houve ali uma situação de
1096 uma demolição em que demoliram um muro e agora existe ali um pequeno
1097 litígio que esperamos ultrapassar em breve. O polidesportivo no Pó, vamos
1098 tentar no mais breve curto espaço de tempo resolver esta situação. Na
1099 Roliça a aquisição de terreno foi contemplado, foi um contributo importante
1100 e que nós agradecemos logo na altura e claro que também aquela situação
1101 das juntas de dilatação também tivemos o cuidado de falar, é uma coisa que
1102 tem que ser sem dúvida nenhuma contemplada. No que diz respeito à
1103 questão do edifício já está respondido pela doutora Sandra Pereira.
1104 Perguntou relativamente aos eventos, qual a vantagem? A vantagem é
1105 sempre relativa nestas questões e se formos intelectualmente honestos,
1106 chegamos à conclusão de que numa despesa que tem que ser sempre tida
1107 e que ocorre sempre a despesa nesta área, pode-se que quantificar com
1108 mais 10 ou 15 ou -10 ou 15 a 20 mil euros que quer dizer, a questão não é
1109 exatamente o quanto custam estes eventos programados por nós, mas, de
1110 facto, a qualidade que eles têm e aí é inequívoca a opinião dos
1111 bombarralense, de tudo o que aconteceu logo após a nossa tomada de
1112 posse e no decorrer ainda de 2017 que se pode notar, nomeadamente, por
1113 ocasião dos festejos de Natal em que houve uma mudança, que as pessoas
1114 aderiram e que esperemos que este ano que se está aproximar a passos
1115 largos, também adiram e, portanto, mais do que quantificar é qualificar. No
1116 que diz respeito ao programa Abem que tinha uma situação de fracasso,
1117 pois eu não tenho essa opinião, vale a perguntar a estas 25 famílias sem
1118 quantificar quantos elementos é que estão neste momento, mas vale
1119 perguntar se eu as enganei, ou se pelo contrário, têm a sua qualidade de

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1120 vida aumentada, uma vez que dependendo da patologia que sofram estão a
1121 ser medicadas e, ao mesmo tempo também têm as suas refeições
1122 asseguradas, o que é de todo em todo importante que não tenham de
1123 escolher entre comer ou tomar medicamentos. Quanto ao prémio que
1124 referiu, o prémio José Gomes Duarte efetivamente foi instituído pelo senhor
1125 Comendador Jaime Gomes Duarte, e portanto, a questão é esta, temos
1126 como objetivo melhorar, vamos ver como é que conseguimos dar enfoque
1127 num futuro próximo a esta situação deste prémio que é muito importante.
1128 Em relação à bolsa, isto muitas vezes tem a ver com algumas ideias que
1129 nós possamos ter, que são legítimas de qualquer executivo, mais tarde se
1130 saberá a que é que nos referimos em relação a esta situação. Dizer também
1131 em relação aos bombeiros, nós também já entregámos equipamentos aos
1132 bombeiros, agora eu gostaria era de saber qual é que era o vosso
1133 coordenador da proteção civil. Em relação às refeições foram os serviços
1134 que informaram das necessidades. Das AAAF e CAF'S nós ainda agora
1135 votamos este aditamento a esta proposta do protocolo de colaboração
1136 assim como também nos transportes escolares, também tenho alguma
1137 dificuldade, pelo que solicito a intervenção da doutora Sandra Pereira.” -----
1138 -----A técnica superior Sandra Pereira disse que não sabia o motivo pelo
1139 qual houve estas reduções nas rubricas das refeições do 1º ciclo, pré-
1140 escolar, nas AAAF'S e CAF'S e nos transportes escolares, porque foram os
1141 valores que as colegas deram para colocar no orçamento, ainda que a nível
1142 dos transportes o concurso é anual. Nas AAAF'S, CAF'S e refeições o
1143 concurso é por 2 anos e este ano não houve concurso.” -----
1144 -----O senhor Presidente da Câmara disse “como pode compreender,
1145 não é o executivo que está de momento a identificar estes números,
1146 portanto, fiquei tão admirado como o senhor vereador. Até porque a
1147 informação que nós temos, é que efetivamente em termos de redução de
1148 alunos não há nada de significativo este ano, felizmente, comparando ao
1149 ano letivo anterior falamos de uma redução de 20 alunos. Tentaremos junto
1150 da coordenadora deste sector se nos dá resposta a isto. Na questão que
1151 respeita às faturas, quando estamos a falar das faturas estamos a falar não
1152 da de dezembro, estamos a falar de outras, a de dezembro, de facto, não é
1153 possível.” -----
1154 ----- A técnica superior Sandra Pereira disse que “a última fatura do ano
1155 não consegue registar e fazer o pagamento em dezembro. Relativamente à
1156 questão de no orçamento da despesa, na rubrica tarefas e avenças ter um
1157 valor de 69 750€ que no ano de 2018 não existia, este valor tem a ver com
1158 os técnicos afetos à Ação Social, da Técnica Superior da Ação Social, do
1159 Veterinário, do Engenheiro Civil, e ao funcionário afeto ao Gabinete de

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1160 Apoio ao Agricultor e a uma possível candidatura de uma funcionária para a
1161 área da Saúde que estavam na rubrica 02 e passam a estar na rubrica 01.
1162 O valor previsto para a obra do Carvalhal está junto com a construção e
1163 reabilitação das redes de distribuição de águas. Das fossas sépticas não
1164 está refletido porque o mesmo não foi indicado pelos serviços técnicos que
1165 iria ser realizada a obra. No que respeita ao Canil referiu que foi feito o
1166 procedimento, com a respetiva cabimentação para o ano de 2018 de
1167 106 000€ e para o ano de 2019 de mais 106 000€ e que foi aprovado pelo
1168 Tribunal de Contas sem problemas.” Fez a entrega dos documentos
1169 solicitados. -----
1170 -----O senhor Presidente da Câmara disse “se há coisa que não gostaria
1171 era que este orçamento fosse de facto ilegal. Em relação aos reservatórios
1172 que tanto precisam de obras vamos fazê-las.” -----
1173 ----- Foi deliberado aprovar com 4 votos a favor do senhor Presidente
1174 Ricardo Manuel da Silva Fernandes, do senhor Vice Presidente Nuno
1175 Alexandre Gomes Vicente, e dos senhores vereadores Patricia Alexandra
1176 Costa Pereira de Paula e Vítor Manuel Ferreira da Fonseca (Partido
1177 Socialista) e 3 votos contra dos senhores vereadores José Manuel
1178 Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves
1179 Guerra (Coligação PPD/----PSD-CDS/PP) a proposta de Orçamento, GOP e
1180 Mapa de Pessoal do Município do Bombarral para 2019, e remeter à
1181 Assembleia Municipal. -----
1182 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade para
1183 produzir efeitos imediatos. -----
1184 -----O senhor vereador José Manuel Vieira fez a seguinte declaração de
1185 voto vencido em nome da Coligação PPD/PSD-CDS/PP: “Os vereadores da
1186 COLIGAÇÃO (PPD/PSD e CDS/PP), não se reveem num Orçamento onde
1187 está bem patente uma profunda confusão de ideias, uma Estratégia Zero e
1188 uma quase total ausência de ambição no que toca a investimentos em pleno
1189 quadro comunitário. No documento surge uma nota introdutória
1190 completamente desfasada daquilo que é espelhado pelos números, pelo
1191 que se votássemos esse texto literário que se assemelha a uma história de
1192 ficção, mereceria o nosso voto favorável, mas o que importa
1193 verdadeiramente são as previsões inscritas no documento principal e essas
1194 são ocas e desprovidas de qualquer ambição ou estratégia não só para
1195 2019, como para os anos seguintes. Perante um Presidente que teima em
1196 escudar-se com os executivos anteriores ao seu, e que ainda há pouco
1197 tempo em entrevista a um jornal regional afirmou que a entrega de dossiers
1198 da nossa parte foi muito fraquinha, convém lembrar o seguinte: Na primeira
1199 Reunião de Câmara, deste mandato, perante todo o elenco que passou a

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1200 fazer parte do executivo camarário para o mandato 2017 / 2021, os
1201 vereadores da Coligação PPD/PSD – CDS/PP, foram muito claros e
1202 objetivos reiterando toda a informação de passagem de testemunho que já
1203 havia sido feita anteriormente, mas que desta vez ficou lavrada em ata.
1204 Terminámos as nossas funções, em finais de outubro de 2017, com o
1205 sentido do dever cumprido e com a satisfação de termos transmitido à nova
1206 gestão municipal, uma Câmara com situação financeira estável e
1207 equilibrada e com vários projetos fundamentais para o desenvolvimento do
1208 concelho. Para além das estruturas e Infraestruturas criadas e inauguradas
1209 por nós, deixámos prontos a executar e na sua maioria com a almofada
1210 financeira garantida, os seguintes projetos: Requalificação do Mercado
1211 Municipal; Implantação da Loja do Cidadão que agora já nem se sabe bem
1212 para onde vai e que valências vai ter, mas que vai deixar provavelmente de
1213 apoiar a dinâmica do Mercado Municipal para apoiar o Comércio
1214 Tradicional. São opções, sendo que ambas as operações de apoio se
1215 mostram necessárias; Requalificação e adaptação das instalações do IVV a
1216 vários usos municipais, tais como estaleiros, oficinas e garagens, estudo
1217 para um polo de desenvolvimento empresarial e infraestruturas de apoio no
1218 mesmo complexo que em boa hora adquirimos, tendo acabado hoje de
1219 saber que a política de disponibilização dos atuais estaleiros à iniciativa
1220 privada, geradora de emprego não encaixa nos vossos objetivos;
1221 Construção do Canil Intermunicipal Bombarral/Cadaval; Conclusão das
1222 obras que permitiram a recuperação do trânsito em dois sentidos na Praça
1223 do Município e Implementação da nova imagem da Praça do Município com
1224 novo equipamento público, ecrã gigante informativo, iluminação a leds no
1225 piso transitável, entre outros fatores de modernização do espaço;
1226 Implementação no âmbito da eficiência energética do sistema de leds na
1227 iluminação pública e edifícios camarários, sendo prova dessa preparação o
1228 contrato de gestão de eficiência energética; Em fase de conclusão deixámos
1229 também o Parque Infantil da Mata Municipal e o Parque de Fitness e Lazer
1230 junto ao Centro Escolar e à Piscina e Pavilhão Municipal que no fundo foram
1231 das poucas obras apresentadas por este executivo. Relativamente ao
1232 Portugal 2020, convém recordar, mais uma vez que alguns projetos que
1233 delineámos, sofreram atrasos de quase dois anos, por força dos sucessivos
1234 adiamentos das candidaturas aos fundos comunitários. Na altura da
1235 passagem de testemunho, aguardava-se que a tutela avançasse com os
1236 passos decisivos para a aprovação de candidaturas próprias, ou de âmbito
1237 Intermunicipal e estas ficaram como é óbvio à consideração da nova equipa
1238 de gestão municipal, acreditando nós que as oportunidades que criámos
1239 fossem devidamente concluídas e aproveitadas a favor do desenvolvimento

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1240 do Bombarral. Estavam em causa projetos tão importantes como aquele que
1241 estava já garantido com um pacote financeiro e que visava dar amplitude à
1242 ação do Município do Bombarral no setor da Educação com o projeto "Aluno
1243 ao Centro". Também no setor da Cultura, estava prestes a ser aprovada a
1244 candidatura "Cultura para Todos" que envolveria as associações concelhias
1245 em torno de um projeto dinamizador. Ainda na área da Cultura, ficou
1246 pendente um compromisso importante que assumimos e que diz respeito a
1247 um legado importante como é o caso da descoberta da autoria do Retábulo
1248 da Ermida de S. Brás, obra ímpar e invulgar cujo autor era desconhecido e
1249 foi atribuída a Baltazar Gomes Figueira, pai de Josefa D'Óbidos. Esta obra
1250 foi enviada por nós para Lisboa a fim de ser restaurada para ser devolvida
1251 aos bombarralenses. Competiu a este executivo implementar as
1252 necessárias medidas para concluir este importante processo, mas só
1253 passado um ano, viemos a saber apenas porque questionámos que a obra
1254 vai ser devolvida ao município após restauro. Juntando a estes programas,
1255 todos os outros na área da ação social, infraestruturas municipais,
1256 regeneração urbana e da mobilidade, e mais alguns que aguardavam
1257 abertura de candidaturas, perceber-se-á que foi criada por nós a
1258 possibilidade de colocarmos o Bombarral no patamar que os nossos
1259 munícipes anseiam e merecem. Foi isto que deixámos ao atual executivo, a
1260 par de uma situação financeira tranquila e muito longe das dificuldades que
1261 eram notórias sempre que se elaborava um novo orçamento onde a dívida
1262 ocupava todo o valor que permitiria cumprir a missão do município.
1263 Aparentemente, tornar-se-ia mais fácil, para a atual governação da Câmara,
1264 responder às necessidades e solicitações da população do concelho,
1265 beneficiando de toda esta preparação e do equilíbrio municipal que há muito
1266 não existia. Mas em vez disso, esta governação pouco ou nada avançou,
1267 relativamente aos processos que lhe foram confiados, num ano
1268 absolutamente decisivo, preparando-se agora para continuar a marcar
1269 passo em 2019 e anos seguintes, como nos indica a falta de criatividade
1270 deste Orçamento. Quando conhecemos as funções para as quais fomos
1271 eleitos, comprometemo-nos desde logo em desempenhar um papel de uma
1272 oposição séria, responsável e defensora dos ideais que fazem parte das
1273 linhas programáticas dos partidos que representamos. E é justamente por
1274 acharmos que este Orçamento configura um enorme recuo, face aquilo que
1275 foi conquistado, revelando uma total falta de estratégia e capacidade para
1276 resolver os processos pendentes que votámos contra o documento,
1277 manifestando o nosso profundo desagrado e o de muitas pessoas que
1278 representamos, mas também a enorme desilusão de muitos daqueles que
1279 apostaram no vosso programa. Por último, mas não menos importante, é

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1280 perfeitamente claro que este Orçamento não cumpre com o que está
1281 regulamentado nas Regras Previsionais do Pocal, no que toca aos valores
1282 relativos aos impostos, taxas e tarifas apresentados que deviam ter sido
1283 aprovados previamente pela Assembleia Municipal. Quanto a algumas
1284 transferências correntes, não foram cumpridos os critérios obrigatórios que
1285 apenas permitem ser consideradas no Orçamento, as transferências que
1286 tenham atribuição comprovada com a aprovação das entidades
1287 competentes. É inequívoco que neste Orçamento estão contemplados
1288 valores na receita que não foram aprovados e por isso não cumprem com o
1289 Pocal, inconformidade que fere o documento de ilegalidade. Os vereadores
1290 da COLIGAÇÃO (PPD/PSD e CDS/PP), não se reveem num Orçamento
1291 ferido de legalidade e no qual está bem patente uma profunda confusão de
1292 ideias, uma Estratégia Zero e uma quase total ausência de ambição no que
1293 toca a investimentos em pleno quadro comunitário.” -----
1294 **0605. PROPOSTA - TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2019:**
1295 -----O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: “Considerando
1296 que: 1. De acordo com a alínea e) do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3 de
1297 setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos
1298 recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e
1299 seguintes da mesma lei; 2. Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25º e
1300 do nº 1 do artigo 26º, ambos da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, os
1301 municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no
1302 IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição
1303 territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada
1304 sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º
1305 do CIRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de
1306 Desenvolvimento Regional, nos termos do nº 2 do artigo 69º; Deste modo,
1307 tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, aprovar e
1308 submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do
1309 nº 1 do artigo 25º e do nº 1 e 2 do artigo 26º, ambos da Lei nº 73/2013 de 3
1310 de setembro e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013 de 12 de
1311 setembro, uma participação de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento das
1312 Pessoas Singulares a fixar para o ano 2019.”(Proposta A) -----
1313 -----Os senhores vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP
1314 apresentaram a seguinte proposta: “Considerando que compete à Câmara
1315 Municipal promover o apoio possível às famílias; Considerando que a atual
1316 situação financeira da Câmara Municipal está estável, de forma a permitir
1317 dar esse sinal de apoio; Considerando que a baixa de impostos que vinha a
1318 ser implementada nos últimos anos tem implicação direta na atração de
1319 novas famílias ao concelho; Os vereadores da Coligação (PPD/PSD e

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1320 CDS/PP), propõem a redução da percentagem da participação variável do
1321 IRS dos sujeitos passivos para 3%.” (Proposta B) -----
1322 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Relativamente à
1323 participação variável no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no
1324 Bombarral, não concordamos que o atual executivo mantenha inalterada a
1325 taxa de IRS (3.5%), quando nos últimos anos o partido que agora governa a
1326 Câmara reclamou com veemência taxas abaixo destes valores. Estamos
1327 convictos que quando o fez estava consciente da recuperação financeira
1328 que estava a ser operada e que acabou por ser consolidada quase no final
1329 da nossa governação. Entendemos que já no ano passado a Câmara tinha
1330 condições para aliviar a carga fiscal dos bombarralenses, dando
1331 continuidade às descidas graduais que programámos e foi essa a razão
1332 pela qual, indo ao encontro das pretensões da então oposição socialista,
1333 propusemos a taxa de 3%, proposta que foi recusada. Pelo segundo ano
1334 consecutivo, estamos contra a manutenção dos 3.5%, insistindo que a
1335 Câmara absorva apenas 3% do rendimento das pessoas sujeitas residentes
1336 no concelho, sendo essa a nossa intenção ao apresentar a correspondente
1337 proposta, até porque cada vez mais é viável fazê-lo. Tendo em conta a feroz
1338 campanha eleitoral que os senhores desenvolveram contra nós, acusando-
1339 nos com cartazes que davam uma ideia errada da nossa política de
1340 impostos, comparando-a apenas com 2 ou 3 concelhos da região, quando
1341 no conjunto dos 12 estávamos a praticar impostos baixos; Entendemos que
1342 os senhores estão a perder uma ótima oportunidade de cumprirem perante
1343 os bombarralenses, com aquilo que prometeram. Em vez disso, o senhor
1344 Presidente dá o dito por não dito e, por conseguinte, o que devia era
1345 mandar fazer novos outdoors confessando aos bombarralenses que é
1346 incapaz de dar continuidade ao trabalho de recuperação da nossa Câmara
1347 Municipal, nesta e noutras matérias. Lamentamos que nem depois de
1348 estarem reunidas as condições para aliviar os bombarralenses em termos
1349 de impostos, se vislumbre qualquer alteração proposta pelos senhores. E
1350 porque entendemos que a câmara Municipal está em condições de dar mais
1351 aos bombarralenses, aliviando a sua carga de IRS, votaremos contra a taxa
1352 proposta de 3.5%, insistindo que na sequência das sucessivas baixas de
1353 impostos que vínhamos a implementar, a mesma seja situada nos 3%.” -----
1354 ----- Colocadas as duas propostas à votação, em alternativa, votaram a
1355 Proposta A o senhor Presidente da Câmara, Ricardo Manuel da Silva
1356 Fernandes, o senhor Vice-Presidente, Nuno Alexandre Gomes Vicente e os
1357 senhores vereadores, Patricia Alexandra Costa Pereira de Paula e Vítor
1358 Manuel Ferreira da Fonseca (Partido Socialista) e votaram a Proposta B os
1359 senhores vereadores José Manuel Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1360 Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra (Coligação PPD/PSD-
1361 CDS/PP). -----
1362 -----Foi deliberado por maioria com 4 votos a favor do senhor Presidente
1363 da Câmara, Ricardo Manuel da Silva Fernandes, do senhor Vice-Presidente,
1364 Nuno Alexandre Gomes Vicente e dos senhores vereadores, Patricia
1365 Alexandra Costa Pereira de Paula e Vítor Manuel Ferreira da Fonseca
1366 (Partido Socialista) e três votos contra dos senhores vereadores José
1367 Manuel Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos
1368 Gonçalves Guerra (Coligação PPD/PSD-CDS/PP) aprovar a proposta A com
1369 a taxa de participação variável de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento das
1370 Pessoas Singulares a fixar para o ano de 2019, e remetê-la à Assembleia
1371 Municipal. -----
1372 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade para
1373 produzir efeitos imediatos. -----
1374 -----O senhor vereador José Manuel Vieira fez a seguinte declaração de
1375 voto vencido: “Mais uma vez está comprovada a postura contraditória do
1376 Partido Socialista que, pelo segundo ano consecutivo, se esquece que ao
1377 longo dos últimos anos nos propôs aquilo que estamos agora a propor, com
1378 a diferença que, entretanto, foram atingidas as condições financeiras
1379 apropriadas para se conseguir dar continuidade à política que na altura o
1380 meu executivo conseguiu implementar, aliviando a carga fiscal dos
1381 bombarralenses. Senhor Presidente, a sua gestão tem vindo a
1382 sobrecarregar a despesa corrente municipal, com cargos políticos,
1383 avançados e sobrelotados gabinetes, e não será com essa política
1384 decorada com festinhas que o senhor diz que atrai muitos turistas e
1385 visitantes, mas que os números desmentem, que os senhores conseguirão
1386 equilibrar a despesa, até porque há da vossa parte uma ausência total de
1387 medidas geradoras de receitas complementares. Face a esta postura que
1388 impede a Câmara Municipal de honrar o compromisso assumido de baixar
1389 as taxas e impostos aos bombarralenses, a única forma de mostrarmos o
1390 nosso descontentamento é votar contra medidas que de forma alguma vão
1391 de encontro aquilo que os senhores anunciaram que dariam aos
1392 bombarralenses.” -----
1393 **0606. PROPOSTA - TAXA DE IMI – IMPOSTO MUNICIPAL DE IMOVÉIS A**
1394 **APLICAR EM 2019:** -----
1395 -----O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: “Considerando
1396 que: 1. De acordo com a alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3 de
1397 setembro e o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
1398 (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei nº 287/2003 de 12 de novembro e
1399 respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre imóveis incide sobre o

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1400 valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no
1401 território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se
1402 localizem; 2. Nos termos da alínea c) do nº 5 do artigo 112º do CIMI, os
1403 municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa
1404 aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limites
1405 de 0,3% e 0,45%; 3. Nos termos do disposto no nº 8 do artigo 112º do CIMI,
1406 os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até
1407 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se
1408 como tal, aqueles que tenham sido objeto de intimação para execução de
1409 obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más
1410 condições de segurança ou de salubridade, ou à melhoria do arranjo
1411 técnico; 4. De acordo com o nº 12º do artigo 112º do CIMI, os municípios,
1412 mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução
1413 de taxa até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a
1414 aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor
1415 municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde
1416 que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do nº 1 do
1417 artigo 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; 5. Nos termos do nº 1 do artigo
1418 112-Aº do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal,
1419 podem fixar uma redução da taxa que vigore no ano a que respeita o
1420 imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente,
1421 coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de
1422 dependentes que, nos termos previstos no artigo 13º do Código do Imposto
1423 sobre Rendimento Singular (IRS) que compõe o agregado familiar do
1424 proprietário a 31 de dezembro do ano anterior aquele que respeita o
1425 imposto, de 20, 40 e 70 euros, para 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a cargo,
1426 respetivamente; 6. Nos termos, dos nº 14 e 16 do artigo 112º do CIMI, as
1427 deliberações da Assembleia Municipal, referidas, devem ser comunicadas à
1428 Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, para vigorarem no
1429 ano seguinte; Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara
1430 Municipal delibere, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia
1431 Municipal, nos termos da alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3 de
1432 setembro e alínea d) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo
1433 33º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para que sejam fixadas a
1434 seguintes taxas a vigorar no ano 2019: a) A fixação de uma taxa de Imposto
1435 Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos de 0,35%, conforme alínea
1436 c) do nº 1 e nº 5 do artigo 112º do CIMI; b) A fixação de uma taxa de
1437 Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios rústicos de 0,8%; c) A
1438 majoração de 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a
1439 prédios degradados, para os quais a Câmara Municipal tenha determinado

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1440 a execução de obras de conservação, necessárias à correção de más
1441 condições de segurança ou salubridade, ou melhoria de arranjo estético,
1442 conforme o disposto no nº 2 do artigo 89º do Regime Jurídico da
1443 Urbanização e da Edificação, do Decreto - Lei nº 555/99 de 16 de
1444 dezembro; d) A redução de 50% da taxa de Imposto Municipal sobre
1445 Imóveis aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público para
1446 a prossecução da atividade cultural, recreativa ou desportiva, de
1447 propriedade de: coletividades que exerçam aquelas atividades,
1448 organizações não governamentais e outro tipo de associações não
1449 lucrativas, sendo a isenção parcial aplicável às sedes das instituições,
1450 desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea i), m) ou
1451 n) do nº1 do artigo 44º do EBF; e) A redução da taxa de Imposto Municipal
1452 sobre Imóveis, no caso de imóvel destinado a habitação própria e
1453 permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do
1454 número de dependentes que compõe o agregado familiar, nos termo do
1455 artigo 13º do CIRS, a 31 de dezembro do ano anterior aquele a que respeita
1456 o imposto, em conformidade com o nº 1 do artigoº 112-Aº do CIMI, em: 20
1457 euros para agregados com 1 dependente a cargo; 40 euros para agregados
1458 com 2 dependentes a cargo e 70 euros para agregados com 3 ou mais
1459 dependentes a cargo.” (Proposta A) -----
1460 -----Os senhores vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP
1461 apresentaram a seguinte proposta: “Considerando a estabilidade com que
1462 nos últimos anos se têm pautado as finanças municipais; Considerando que
1463 compete à Câmara Municipal promover o alívio orçamental das famílias
1464 residentes no concelho; Considerando que pese embora se promovam
1465 isenções e redução às famílias com filhos a seu cargo, existe ainda uma
1466 enorme fatia que não é abrangida por esses benefícios; Os vereadores da
1467 Coligação (PPD/PSD e CDS/PP), propõem a redução da taxa de IMI
1468 correspondente aos prédios urbanos para 0,30%.” (Proposta B) -----
1469 -----O senhor vereador José Manuel Vieira disse “A lei estabelece que
1470 aos municípios compete definir a taxa aplicável aos prédios urbanos,
1471 devendo esta ter um índice mínimo de 0.30%. Nos anteriores mandatos em
1472 que governámos a Câmara Municipal, o Partido Socialista mostrou-se
1473 sempre um acérrimo defensor da baixa do IMI para esse índice mínimo. A
1474 política por nós desenvolvida exigiu muita coragem e a adoção de algumas
1475 medidas restritivas para que conseguíssemos, tal como veio a acontecer,
1476 uma solidez nas finanças municipais, devidamente reconhecida no relatório
1477 de Contas de 2017, nosso último ano na governação, e nunca desmentida,
1478 nem mesmo pela auditoria financeira que o atual executivo mandou fazer,
1479 para medir o estado em que passámos o testemunho. Todo esse empenho

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1480 visou essencialmente compensar os bombarralenses com a mais baixa
1481 política de impostos e taxas, ao mesmo tempo que o município recuperou a
1482 sua capacidade para poder sonhar um pouco mais alto, relativamente à sua
1483 estratégia de desenvolvimento. Isto é o que estávamos a dar aos
1484 bombarralenses, quando os senhores acenaram com mais e melhor,
1485 prometendo tudo e mais alguma coisa, apenas com um objetivo, que correu
1486 bem para vós, mas não correu tão bem assim para o Bombarral, como se
1487 tem vindo a registar. O nosso plano financeiro apontava claramente para
1488 que, relativamente ao IMI, estaríamos em condições para atingir a taxa
1489 mínima de 0.30%. Como a vossa agenda tem andado atrasada em várias
1490 matérias importantes que estão permanentemente a ser adiadas, esta
1491 questão não foge à regra e cá estamos nós perante uma proposta de
1492 0.35%, ainda longe daquilo que defenderam no passado e longe também
1493 daquilo que poderia ser possível dar aos bombarralenses, agora. Aqui os
1494 senhores podem mandar fazer um cartaz daqueles que fizeram na
1495 campanha eleitoral de forma ardilosa a denegrir o nosso trabalho, mas se
1496 forem verdadeiros digam aos bombarralenses que o IMI este ano vai baixar
1497 pouco mais que zero, porque a verdade é que 0.01% é pouco mais que isso
1498 e tem um impacto praticamente nulo, nas contas pessoais dos habitantes no
1499 concelho. A vossa demagogia e a gestão descontrolada que vos impede de
1500 ir mais longe em termos de alívio dos impostos aos nossos munícipes, irá
1501 apenas permitir que corram para os jornais a dizer que baixaram o IMI, mas
1502 temos sérias dúvidas que informem qual o impacto financeiro que a medida
1503 tem para o município e para os cidadãos bombarralenses, porque isso
1504 estragar-vos-ia o festim. Nesse festim em que os senhores não farão mais
1505 do que deitar os foguetes e apanhar as canas, matéria em que já se
1506 especializaram, ficamos todos à espera que de uma vez por todas, os
1507 festeiros nos deem a alegria de cumprir as promessas com que enganaram
1508 os bombarralenses. Face à disponibilidade financeira que o Município ainda
1509 tem e porque a taxa mínima pode muito bem ser aplicada este ano,
1510 conforme havíamos planeado, votaremos contra a proposta que não
1511 espelha benefícios palpáveis para os bombarralenses, nem está de acordo
1512 com as suas expetativas.” -----
1513 ----- Colocadas as duas propostas à votação, em alternativa, votaram a
1514 Proposta A o senhor Presidente da Câmara, Ricardo Manuel da Silva
1515 Fernandes, o senhor Vice-Presidente, Nuno Alexandre Gomes Vicente e os
1516 senhores vereadores, Patricia Alexandra Costa Pereira de Paula e Vítor
1517 Manuel Ferreira da Fonseca (Partido Socialista) e votaram a Proposta B os
1518 senhores vereadores José Manuel Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1519 Silva e Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra (Coligação PSD/PPD-
1520 CDS/PP). -----
1521 -----Foi deliberado por maioria com 4 votos a favor do senhor Presidente
1522 da Câmara, Ricardo Manuel da Silva Fernandes, do senhor Vice-Presidente,
1523 Nuno Alexandre Gomes Vicente e dos senhores vereadores, Patricia
1524 Alexandra Costa Pereira de Paula e Vítor Manuel Ferreira da Fonseca
1525 (Partido Socialista) e três votos contra dos senhores vereadores José
1526 Manuel Gonçalves Vieira, Nuno Manuel Mota Silva e Rosa Maria Bastos
1527 Gonçalves Guerra (Coligação PPD/PSD-CDS/PP) aprovar a proposta A
1528 acima transcrita e remetê-la à Assembleia Municipal. -----
1529 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade para
1530 produzir efeitos imediatos. -----
1531 -----O senhor vereador José Manuel Vieira fez a seguinte declaração de
1532 voto vencido: “Com o objetivo de alcançar a taxa mínima do IMI, face a um
1533 esforço ao qual não é estranho o empenho de todos os bombarralenses,
1534 conseguiu-se a estabilidade financeira da Câmara Municipal, com uma
1535 ausência quase total de dívidas e um posicionamento de tesouraria
1536 invejável. Sob este entendimento, achamos que o Partido Socialista não
1537 está a ser coerente com o que defendeu noutros tempos ao não aceitar a
1538 nossa proposta, perfeitamente suportável, pelo que não estamos de acordo
1539 com esta proposta que apenas dá aos bombarralenses uma mão cheia de
1540 nada, a exemplo de outras medidas enganosas que nada acrescenta na
1541 vida dos cidadãos, ao contrário do que é apregoado. Por essa razão os
1542 vereadores da Coligação votaram contra.” -----
1543
1544
1545
1546 -----Pelas 13:22 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
1547 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos
1548 termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo
1549 Presidente do Órgão e pela funcionária Municipal que a lavrou. -----
1550
1551
1552 O Presidente da Câmara
1553
1554
1555
1556 A funcionária
1557
1558

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

ANEXO I

Minuta

Aditamento ao

**Protocolo de Colaboração para Atividades de Animação e de Apoio à Família - AAAF
(Prolongamento de Horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar da Rede
Pública do Pó, no ano letivo de 2018/2019 entre Município do Bombarral, Agrupamento de
Escolas Fernão do Pó e Associação de Solidariedade Social do Pó**

1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587

O Município do Bombarral, titular do cartão de pessoa colectiva de direito público n.º 506 800 580, neste acto representado pelo seu Presidente,, casado, natural da freguesia de, concelho de e residente no concelho do Bombarral, e em nome deste outorgando no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a deliberação de Câmara de Bombarral de _____, como Primeiro Outorgante; -----

O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, pessoa colectiva n.º 600079970, com sede na Av. Dr. Joaquim Albuquerque, no lugar, freguesia e concelho de Bombarral, neste acto representada por _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____, natural de Bombarral, residente em Bombarral, na qualidade de Diretor, com poderes para o acto conforme _____, como Segundo Outorgante. -----

E -----

A Associação de Solidariedade Social do Pó pessoa colectiva n.º504750143, com sede na Rua João Afonso do pó, nº19, no lugar, freguesia de Pó e concelho de Bombarral, neste acto representada por, Avelino Monteiro Elias, portador do Cartão do Cidadão nº 06549858, válido até 07/11/2018, na qualidade de Presidente da Direção da Associação e Rute Daniela Rodrigues Duarte, portadora do Cartão do Cidadão nº 12500563, válido até 12/01/2019, na qualidade de Tesoureira do Terceiro Outorgante, com poderes para o acto conforme _____, como Terceiro Outorgante . -----

Considerando que: -----

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1588 É competência da Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, as atividades de
1589 interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras, bem como aprovar a
1590 celebração de protocolos com outras entidades; -----

1591 O Município do Bombarral pretende responder às necessidades das famílias, adaptando o horário de
1592 funcionamento nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da rede pública através da realização de
1593 Atividades de Animação e de Apoio à Família apoiando as famílias na tarefa educativa. -----

1594 O presente aditamento ao Protocolo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Bombarral no
1595 dia __/__/2018. -----

1596 Celebram o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

1597

1598 ARTIGO ÚNICO

1599 Aditamento ao Protocolo de Colaboração para Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF
1600 (Prolongamento de horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Pó
1601 celebrado em 19 de setembro de 2018

1602 Ao Protocolo de Colaboração para Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF (Prolongamento
1603 de horário) no Estabelecimento de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Pó celebrado em 19 de
1604 setembro de 2018 é aditada a Cláusula 1.ª- A, com a seguinte redação:

1605

1606 Cláusula 1.ª- A

1607 Período de Almoço

1608 1. Para além das Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF – no Estabelecimento de
1609 Educação Pré-escolar da Rede Pública do Pó prevista na Cláusula 1ª (com o horário de
1610 funcionamento no período da manhã entre as 8h00 e as 9h00 e no período da tarde das 16h00
1611 às 17h30, de acordo com o calendário escolar publicado pelo Ministério da Educação), o horário
1612 de funcionamento das mesmas é alargado ao período da hora de almoço das 12h30 às 14h00.

1613 2. Aplicam-se às atividades previstas no número anterior as mesmas condições que as demais
1614 previstas no presente protocolo, com as seguintes especificidades:

1615 a. Ao valor a transferir previsto na alínea c) do número 1 da Cláusula 3ª acresce uma
1616 participação até ao montante de 12€/dia, cabimentada pela rubrica 0102/04070102
1617 Protocolos com projeto GOP 21 212 2018/5020 de acordo com a Ficha de Cabimento n.º
1618 Prot.Pó/2018 com o Número Sequencial 9477, e o n.º de lançamento 2521 de
1619 17/10/2018, e n.º de compromisso sequencial ____, de __/__/2018, conforme

ATA N.º 23/2018 – Reunião extraordinária do dia 2018.10.31

1620 documentos emitidos pela Unidade Orgânica de Gestão Financeira em __/__/2018 e
1621 __/__/2018, respetivamente;

1622 **b.** As atividades serão desenvolvidas por profissional com habilitações adequadas, com
1623 perfil ajustado ao tipo de atividades a desenvolver;

1624 **c.** As atividades serão desenvolvidas em articulação com as Educadoras titulares do
1625 Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, afetas ao Jardim de Infância do Pó.
1626

1627 Para constar e surtir os efeitos legais foram lavrados e assinados 3 (três) exemplares do presente
1628 protocolo de idêntico valor, que vão ser devidamente assinados pelos três outorgantes depois de lido e
1629 achado conforme, ficando um na posse de cada parte.
1630

1631 Bombarral, __ de _____ de 2018.
1632

O Presidente da Câmara Municipal

1634

1635

(Ricardo Fernandes, Dr.)

1636

1637

O Diretor do Agrupamento de Escolas

1638

1639

1640

(Emanuel Vilaça)

1641

1642

O Presidente da Direção

1643

1644

1645

1646

(Avelino Monteiro Elias)

1647

1648

1649

A Tesoureira

1650

1651

1652

1653

(Rute Daniela Rodrigues Duarte)